

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 6 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM DEZASSETE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM

-----No dia dezassete de dezembro de dois mil e vinte e um, pelas 19.00 horas, dando cumprimento ao disposto no artigo vigésimo sétimo da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Porto de Mós, no Cinetatro de Porto de Mós, sito em Praça Arménio Marques, em Porto de Mós, em sessão ordinária, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

- 1. *Apreciação, discussão e votação das atas das sessões anteriores;*-----
- 2. *Outros assuntos de interesse para o Concelho.*-----

----- **ORDEM DE TRABALHOS:**-----

- 1. *Informações da Presidente da Assembleia Municipal; (para conhecimento)* -----
- 2. *Documentos Previsionais para os anos 2022-2026; (Apreciação, discussão e votação)* -----
- 3. *Medidas de execução do orçamento para o ano de 2022; (Apreciação, discussão e votação)* -----
- 4. *Pedido de autorização genérica para assunção de compromissos plurianuais no Exercício de 2022; (Apreciação, discussão e votação)* -----
- 5. *Mapa de Pessoal para o Ano de 2022; (Apreciação, discussão e votação)* -----
- 6. *Pedido de autorização contratos interadministrativos para freguesias do concelho - Proposta; (Apreciação, discussão e votação)* -----
- 7. *Compromissos plurianuais, nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro; (para conhecimento)* -----
- 8. *Pedido de autorização de contrato interadministrativo com a Freguesia do Juncal para gestão e manutenção do Pavilhão Gimnodesportivo; (Apreciação, discussão e votação)* -----
- 9. *Pedido de enquadramento no contrato Interadministrativo - Freguesia de Alqueidão da Serra - Proposta; (Apreciação, discussão e votação)* -----
- 10. *Proposta final de ARU+ORU de Mira de Aire e relatório de ponderação da discussão pública; (Apreciação, discussão e votação)* -----
- 11. *Proposta final de Operação de Reabilitação Urbana para a ARU da vila de Porto de Mós e Relatório de Ponderação da Discussão Pública; (Apreciação, discussão e votação)* -----
- 12. *Parecer e Contributos da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria "Acordo de Parceria - Portugal 2030" – (Para conhecimento)* -----
- 13. *Regulamento do Conselho Municipal de Cultura de Porto de Mós – Proposta; (Apreciação, discussão e votação)* -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----14. Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. (apreciação).-----

-----Estavam presentes na Mesa, a Presidente da Assembleia, Maria Clarisse Carvalho Martins Louro, o Primeiro Secretário, António José Jesus Ferreira e a Segunda Secretária, Cristiana Ferreira do Rosário.-----

-----Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes membros da Assembleia Municipal: Rita Alexandra Sacramento Rosa Cerejo (PS), José Gabriel Pires Vala (PSD), Rui Augusto Marques da Silva Pereira Neves (PS), Olga Cristina Fino Silvestre (PSD), Gonçalo da Silva Carvalho Pires (PS), Luís Manuel Coelho de Almeida (PSD), Isa Filipa Ferreira Vala (PSD), Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS), Ana Cristina dos Santos Vilaverde Carneiro (PSD), Sandra Marisa Ferreira de Sousa (CH), João Guilherme Cerejo Santos Costa (PSD), Liliana Carvalho Pereira (PS), Félix Correia dos Reis (PSD), Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS), Dulce Maria Amado Custódio (PSD), Pedro Lavado Gomes Vieira (PS), Nuno Dinis da Silva Salgueiro (PSD), Rita Isabel Santos Miguel (PS).-----

-----Estiveram também presentes, para além dos já mencionados membros da Assembleia Municipal, os seguintes Presidentes de Junta de Freguesia: Alcides Manuel Lopes de Oliveira (PS) Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire; Carlos Manuel Amado Cordeiro (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso; Filipe da Conceição Batista (JFAS) Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra; Manuel de Freitas Barroso (PS) Presidente da Junta de Freguesia de Porto de Mós – S. João Baptista e S. Pedro; Luís António Gomes da Silva (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Calvaria de Cima; Artur Jorge Cordeiro Louceiro (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Juncal; Pedro Miguel Moleano Pragosa (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras; Francisco Nogueira Baptista (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da união das Freguesias de Arrimal e Mendiga; Sandra Maria da Silva Martins (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de União das Freguesias de Alvados e Alcaria e Luís Miguel Louro Ferraria (PS), Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento.-----

-----A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, José Jorge Couto Vala, estando ainda presentes os Vereadores, Eduardo Manuel Ferreira Amaral, Telma Cristina Rodrigues da Cruz, Marco Paulo Barbosa Lopes, Rui Fernando Correia Marto, Sofia Margarida Amado Pereira Caetano e Paulo Jorge Nobre Pereira, bem como o Chefe da Divisão Financeira, Recursos Humanos e Gestão Administrativa, Rogério Nunes.-----

-----Faltaram à sessão, Júlio João Carreira Vieira (PSD, que foi substituído por Nuno Dinis da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Silva Salgueiro (PSD) e Cristina Maria Braz Ferreira Rosa (PS), substituída por Rita Isabel Santos Miguel (PS) e ainda Mário Alberto Rosa Cruz (PS), que foi substituído por Pedro Lavado Gomes Vieira (PS). Faltou ainda o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Juncal, João Carlos Coelho Ferreira (PSD) que foi substituído pela Secretária daquela Junta de Freguesia, Susana Mateus Rosa de Sousa. -----

-----Foram consideradas justificadas pela mesa da Assembleia as falta dos membros supracitados, face à sua solicitação. -----

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 26º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, encontravam-se as Assistentes Técnicas Maria Fernanda Pinguicha Toureiro e Maria Alina Santos Areias.-----

-----Às dezanove horas e dez minutos, constatada a existência de quórum, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão começando por cumprimentar todos os presentes, dirigindo-se em particular ao senhor Presidente da Câmara a quem parabenizou pelos resultados alcançados nas eleições autárquicas, desejando-lhe os maiores sucessos para o novo mandato de 2022/2025. A todos os eleitos desejou os maiores sucessos na defesa dos interesses da população do concelho. Seguidamente, disse que antes de dar início a esta Assembleia Municipal queria agradecer a todos, os telefonemas e mensagens de apoio que foi recebendo ao longo do período que esteve em confinamento, pedindo a todos que tenham muito cuidado e que sejam agentes de saúde pública no concelho, porque realmente este vírus é muito perigoso.-----

-----Referiu depois que queria dizer a todos que é para si, uma honra, estar novamente a presidir a esta Assembleia Municipal, esperando fazê-lo baseada em boas práticas democráticas, com humildade, tendo sempre em mira, os interesses do concelho de Porto de Mós, esperando que todos juntos, nesta Assembleia Municipal o façam, pois foi para isso que todos foram eleitos. Posto isto, disse que iria ter início a primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal deste mandato. Esta Assembleia Municipal vai reger-se pelo Regimento aprovado em 23 de fevereiro de 2018, uma vez que por motivos da sua doença, não teve oportunidade de reunir com os líderes de bancada, em tempo útil, de forma a procederem às alterações que se tenham por convenientes.-----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----

-----Havendo público presente na sala, a senhora Presidente da Assembleia Municipal perguntou se alguém se queria inscrever para intervir. Telmo Conceição inscreveu-se para o efeito.--

Telmo Conceição:-----

-----Usando da palavra, e depois de cumprimentar todos os presentes, disse, que a sua intervenção tem a ver com dois assuntos que acha oportunos e que pessoalmente o enchem de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

orgulho neste momento. Introduzindo o primeiro assunto, dos dois que referiu, disse que no dia 20 de outubro, por convite, esteve no lançamento de um livro que foi apresentado nas comemorações do aniversário do Exército Português, na cidade de Aveiro. Foi um facto que lhe deu imenso prazer porque o nome do concelho de Porto de Mós foi ali elevado, bem como o executivo municipal. É uma obra que tem como título "O Exército e o Condestável D. Nuno Alvares Pereira – o Combatente na Arte" sendo que a capa, é de um monumento existente no concelho, o mural do Campo Militar de S. Jorge. Referiu ainda que foi o transportador de quatro exemplares desta obra para fazer entrega à senhora Presidente da Assembleia, ao senhor Presidente da Câmara e ao senhor Vereador da Cultura da Câmara de Porto de Mós e ainda um outro destinado à Biblioteca Municipal. Disse ainda que, é sempre com enorme orgulho que um portomosense vê uma Instituição destas vergar-se perante aquilo que foram as ações dos seus antepassados, e ao que os presentes estão a construir no concelho. Outra situação que também o deixa orgulhoso é o projeto de um monumento de comemoração do 25 de abril, felicitando desde já o executivo municipal na pessoa do senhor Presidente da Câmara por ter aceite o projeto, sendo que vai-se fazer um monumento de reconhecimento. Disse ainda que este é um trabalho de uma geração. A geração dos anos sessenta fica enriquecida com este monumento alusivo ao cinquentenário do 25 de abril.--

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal passou depois a agradecer o livro que o senhor Telmo Conceição lhe fez chegar. Sobre o projeto do monumento alusivo ao 25 de abril, disse que também falou com o senhor Telmo Conceição tendo-se comprometido em apresentá-lo na Assembleia Municipal, o que fará a seu tempo.-----

-----Disse depois que a bancada do Partido Social Democrata fez chegar à mesa da Assembleia uma proposta que passou a ler:-----

-----*Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal, -----*
-----*Os eleitos do PSD vêm propor a V. Ex^a., que se submeta a deliberação da Assembleia Municipal, que a discussão do período de antes da ordem do dia, seja realizada após a ordem do dia.*-----

-----**Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS)**, pediu a palavra para referir que se trata de uma questão regimental, e como tal, não pode ser alterada. Disse ainda não perceber qual a proposta do PSD, se era apenas para vigorar apenas nesta sessão, ou se era para todas as sessões desta Assembleia Municipal.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia, respondeu que tanto quanto sabe, é apenas para esta sessão Assembleia Municipal.-----

-----**Rui Augusto Pereira Neves (PS)**, usou da palavra dizendo que essa prática já foi utilizada pacificamente, mas então que se lhe dê outra designação.-----

-----**Olga Cristina Fino silvestre**, disse que o PSD fez essa proposta apenas para esta Assembleia,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

porque em seu entender se justifica fazer isso. Embora o Regimento e a Lei digam que o Período de Antes da Ordem do Dia, como o próprio nome indica, é antes da ordem do dia, a Assembleia é soberana para decidir para alterar o período de antes da ordem do dia para depois da ordem do dia, sendo essa a proposta apresentada pelo PSD.-----

-----**Rita Alexandra Sacramento Rosa Cerejo (PS)**, usou também da palavra, começando por se congratular com a recuperação da senhora Presidente da Assembleia Municipal. Quanto à questão em apreço, disse que este era um dos pontos que estava na proposta de alteração do Regimento. Não tendo essa alteração ainda sido feita, considera que, desde que devidamente fundamentado, poderá a Assembleia Municipal votar desta forma.-----

-----Seguidamente a senhora Presidente, colocou à votação a proposta supra, que **aprovada por maioria com dezoito votos a favor e treze abstenções**.-----

-----Assim sendo, disse a senhora Presidente da Assembleia Municipal que se iria entrar no Período da Ordem do Dia.-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**1. Informações da Presidente da Assembleia Municipal:**-----

-----Usando da palavra a senhora Presidente da Assembleia informou que, o deputado municipal Júlio João Carreira Vieira, (PSD) faltou, tendo justificado a falta e foi substituído por Nuno Dinis da Silva Salgueiro (PSD), Mário Alberto Rosa Cruz (PS) faltou, tendo justificado a sua falta e foi substituído por Pedro Lavado Gomes Vieira, também do Partido Socialista e Cristina Maria Braz Ferreira Rosa (PS) faltou, tendo justificado a sua falta e foi substituída por Rita Isabel Santos Miguel (PS).-----

-----Passou depois a informar a Assembleia de que esteve presente no Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses em representação da Assembleia Municipal. Disse depois que iria marcar para depois do Natal, uma reunião com os líderes de bancada para delinear os trabalhos a desenvolver nesta Assembleia, durante o próximo ano. Tendo em conta também o compromisso eleitoral assumido, a partir da próxima Assembleia Municipal, estas sessões passarão a ser transmitidas *online*. Ainda de acordo com as boas práticas, e após conversação com o senhor Presidente da Câmara, irão ser pagas as deslocações para a Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto na lei, aos senhores deputados municipais.-----

-----**2. Documentos Previsionais para os anos 2022-2026:**-----

-----Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que, depois de cumprimentar todos os presentes, disse que gostaria de agradecer ao senhor Telmo Conceição o facto de ter estado em Aveiro, por sua conta, e ter trazido até ao Município, aquela obra que engrandece o concelho de Porto de Mós. Disse ainda que o Município faz questão de distribuir essa obra pelas bibliotecas. Relativamente às cerimónias dos cinquenta anos do 25 de abril, disse que o Município está a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

trabalhar com pessoas do concelho, onde o senhor Telmo Conceição se inclui, por forma a enobrecer aquilo que foi o 25 de abril, e nesta data termos umas comemorações muito mais assertivas e marcantes quanto àquilo que é o 25 de Abril.-----
-----Posto isto, e entrando no presente ponto da ordem de trabalhos, começou por dizer que o orçamento é um documento muito importante, em que tem de se definir de acordo com as regras do SNC-AP, a estratégia do Município para os próximos quatro anos, e não apenas, aquilo que foi o seu compromisso eleitoral, mas também o compromisso que tem, como tem tido sempre, com as Juntas de Freguesia. Considera que este tem de ser inevitavelmente o caminho, dizendo que irá haver, nos próximos anos, reforços significativos de fundos comunitários, precisando ter as rubricas abertas e precisando-se sobretudo de continuar a fazer projetos, como têm vindo a ser feitos. Falando por freguesias, de uma forma resumida, disse que irá ser lançado um plano de intervenção em espaço rural, em Alqueidão da Serra, sendo esta uma proposta importante, porque estes PIER's são fundamentais para que se possa licenciar a exploração de pedra, que depois dá origem à calçada, sendo assim parte no apoio aos exploradores de calçada. Vai também ser requalificada a rede de águas desde a Casa do Povo de Alqueidão da Serra até à Carreirancha. Vai ser construída a prometida ecovia entre a Valicova e Alqueidão da Serra. Vai continuar a ser feito saneamento básico em diversas ruas e vai ser construída uma extensão de Saúde, como foi seu compromisso. Vai avançar com a zona de contemplação nas Grutas de Alvados. Vai continuar o saneamento em Alvados. Vai ser feita a receção à Fornea, tendo já sido adquiridos os terrenos na parte de Alcaria. Vai continuar a apoiar a Junta de Freguesia na obra de requalificação do rio, e também vai ser reforçado o abastecimento à zona alta de Alcaria. Na Calvaria de Cima, vai ser construído um Parque Verde, tendo sido já adquirido o terreno para esse efeito e estando o projeto a ser ultimado. A requalificação da rede de águas, nomeadamente, substituição da rede em fibrocimento, vai também continuar. Vai ser concluído o Plano de Pormenor de Salvaguarda do Campo Militar de S. Jorge. Vai ser feita uma ciclovía entre S. Jorge e a zona industrial e apoiando também a Associação de Socorro Voluntário de S. Jorge para a concretização da ambicionada creche, que eventualmente integrará também um Centro Intergeracional. Vai ser construído um parque de estacionamento no Juncal, tendo já sido negociado o terreno, embora ainda não se tenha assinado a escritura, e um espaço para o mercado. O saneamento básico da Cumeira e Albergaria que depois se estende para a Cruz da Légua e Moitalina. A requalificação da Casa dos Calados. A construção do polo escolar no Juncal, junto ao pavilhão. A requalificação da rede de águas e de saneamento no Chão Pardo, Casais Garridos e Andáinho. E vai ser lançada uma área de reabilitação urbana para a vila do Juncal. Estão a ser ultimadas as negociações para adquirir uma antiga fábrica para um espaço *coworking* em Mira de Aire e da mesma forma estão também a ser negociadas três casas, para as poder reabilitar, casas devolutas ou/e em ruínas. Vai ser requalificado o Campo da Fiandeira, assim seja possível concluir as negociações com a Segurança Social. Vão ser intervencionados os espaços adquiridos e que foram previstos para estacionamento.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Tendo em conta também uma alteração aos POSEUR, os que são dedicados para o saneamento no âmbito da sustentabilidade, o próximo quadro comunitário de apoio deixa de ter estes programas de dimensão nacional, passando a ser regionalizados o que vai permitir mapear individualmente, ao contrário do que tem acontecido até aqui, e portanto, existe a expectativa de se poderem retomar os apoios comunitários para saneamento básico, coisa de que até agora, se tem estado impedido, como é sabido. Vai ser criado o Centro Interpretativo da Biodiversidade na Mata, em conjunto com a Câmara Municipal de Alcanena e naturalmente, dar continuidade à dinamização da ARU de Mira de Aire, que vem aqui hoje, para análise e aprovação. Na freguesia de Pedreiras, disse já ter referido o saneamento de Cruz da Légua/Moitalina. A requalificação da envolvente ao Parque de Campismo é um projeto que foi vencedor do Orçamento Participativo. A construção de um anfiteatro e auditório, na zona do moinho. A ampliação do Centro Escolar de Pedreiras, tendo já sido adquirido um terreno na parte detrás do Centro Escolar para se fazer uma intervenção para dar melhor qualidade, sobretudo aos alunos de ATL e também à restante comunidade escolar. Vai ser apoiada a construção de uma pista de atletismo em Pedreiras, tendo em conta que o Grupo Desportivo das Pedreiras se tem dedicado à prática federada de atletismo de pista com excelentes resultados. Não tendo condições para treinar, a Câmara tem a obrigação de promover essas condições. Está curso um projeto para a construção de uma via pedonal desde o Alto da Vala, para tornar aquele espaço, acessível a peões. A construção da via pedonal na entrada poente de Porto de Mós, havendo já autorização das Estradas de Portugal para avançar com esta obra e já havendo projeto. Da mesma forma, já existe um projeto para avançar com a ciclovia que vai de Porto de Mós à Fonte dos Marcos. A ecovia da Rua da Boavista. Está em projeto a segunda fase do Parque Verde de Porto de Mós, que se irá chamar Parque das Mós. Depois, a requalificação do mercado municipal, do Cineteatro, da antiga cadeia, estão em estudo. O mercado municipal e a antiga cadeia, têm ambos, projeto. O edifício dos Gorjões, neste momento tem uma candidatura de eficiência energética e entrará em obras, entretanto. Vai ser requalificado o edifício dos Paços do Concelho, nomeadamente o telhado e as fachadas, bem como a envolvente. Depois, é o projeto da Escola Secundária de Porto de Mós, que como é sabido, prevê-se que no mês de abril avance o processo de descentralização. Com este processo vai haver alguma dificuldade em receber esta Escola Secundária, na medida em que, pese embora os compromissos, ela ainda continua na plataforma da DGEST como escola classificada como "boa". Enquanto ela não estiver classificada como, "*com necessidade de obras*" a Câmara não vai avançar com o projeto. Ele próprio e a senhora vereadora já insistiram variadíssimas vezes com três Secretárias de Estado, todas tendo assumido esse compromisso, mas o que é facto, é que, de acordo com a informação que lhe vai chegado, a escola continua a estar classificada como boa, e portanto, aos olhos do Ministério da Educação, se a escola está boa, não precisa de obras. Disse que é uma pena, porque tem um projeto que vai bem para além das necessidades de intervenção naquela escola, e que passa também pela Escola Manuel Oliveira Perpétua. Disse depois que não

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

desiste e que vai continuar a insistir, tendo já solicitado uma nova reunião à senhora Secretária de Estado. Está também a ser elaborado o estudo para avançar para projeto de um terminal rodoviário, aqui em Porto de Mós, e que resulta da abertura da Rua Adelino Reis dos Santos, até Rio Alcaide. Depois, a conclusão da ALE de Porto de Mós, o projeto para o Centro de Apoio Empresarial, o Centro Tecnológico em Recursos Minerais, que neste momento já é uma realidade e dele resulta já uma candidatura ao PRR. A ligação de S. Bento aos Telhados Grandes, é uma obra ambicionada pelo senhor Presidente de Junta, e para dar seguimento aquilo que é neste momento a chegada até S. Bento, do lado de Porto de Mós, há que promover ou melhorar as condições de saída. O Centro de Investigação do Instituto Português da Face pode vir para Porto de Mós, sendo urgente encontrar um espaço para ali criar um laboratório. Vai requalificar-se a entrada das Minas da Bezerra. O Município vai continuar a apoiar o *Festival Stone Art*, no Codaçal, bem como vai apoiar, assim que seja possível, a construção do polidesportivo de Serro Ventoso. Continuou dizendo que se vai avançar com o projeto para a construção da Extensão de Saúde da União de Freguesias de Arrimal e Mendiga, os passeios entre a Marinha da Mendiga e a Mendiga, uma ecovia entre a Mendiga e o Arrimal, pelas lagoas, e a requalificação da Igreja Velha do Arrimal, cujo projeto já está a ser elaborado. O apoio ao CASSAC, os passeios na Cabeça Veada, ficando desta forma com uma ligação pedonal desde Serro Ventoso até praticamente ao limite do concelho. Continuou dizendo que há dois projetos que vão avançar, estando num dos casos a ser ultimado o Regulamento, e que é o apoio à substituição das coberturas em fibrocimento, que contém amianto, e este regulamento será transversal a toda a população que tenha edifícios com fibrocimento e depois também o seguro de saúde para todos, um compromisso seu que está também a ser ultimado. Relativamente ao Orçamento propriamente dito, referiu que é um orçamento que tem cerca de vinte e cinco milhões de euros e que sob o ponto de vista financeiro, e nos seus pressupostos, tem cerca de três milhões e meio para a ALE de Porto de Mós, um milhão de euros para a Casa dos Calados, para a ação social escolar também cerca de um milhão de euros, seiscentos mil euros para saúde e ação social, e para saneamento e águas, um milhão quatrocentos e oitenta e seis mil. Isto quer dizer que estes sete milhões quinhentos e oitenta e dois, que referiu, correspondem a cerca de 51% das Grandes Opções do Plano. Disse depois que o orçamento está dividido em duas partes: o orçamento da receita e despesa corrente e o orçamento da receita e despesa de capital. A receita corrente corresponde a cerca de dezoito milhões e oitocentos mil euros, dos quais, apenas são consumidos em despesa corrente, 78%, ou seja, os restantes 22%, são transferidos para despesa de capital, perfazendo aqui uma despesa de capital, um pouco acima dos dez milhões de euros. Pode-se depois falar no que diz respeito à evolução da despesa, sendo que irá haver um aumento com a aquisição de bens de capital, estando prevista a continuidade das obras que estão em curso e o início de outras. Destacou depois o processo de digitalização dos serviços municipais, tendo já sido adquirido todo o *software* e *wardware* necessários, estando na fase de formação, para integrar em todos os serviços

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

municipais, a digitalização, prevendo-se que no primeiro trimestre de 2022, se deixem de receber processos de obras, em papel. O apoio aos bombeiros irá ser reforçado. Prosseguiu dizendo que há pouco falou da Escola Secundária com alguma preocupação, pois existe ainda a possibilidade de a mapear para PRR. Uma vez que a escola Secundária carece de um projeto e é preciso, para lançar o concurso e ele poder ser financiado, a escola tem de ter necessidade de obras, e ela tem necessidade de obras, não está é mapeada para o efeito. Se não houver do lado do PRR haverá do lado do 2030, para mapear. Mas o próximo semestre, é fundamental porque é aqui que se vão determinar as políticas de investimento para os próximos anos com apoios comunitários e a Escola Secundária para este executivo é prioritária pelas razões, que são conhecidas de todos, mas sobretudo porque as condições das aulas, quer dos alunos, quer dos professores, quer do pessoal não docente, não são boas, sendo necessário que se criem as condições aceitáveis de funcionamento. Disse ainda que se vai avançar já com o projeto do Centro Escolar do Juncal, estando a ser negociado o terreno, com o projeto do Instituto Português da Face, o projeto da Extensão de Saúde de Alqueidão da Serra e de Arrimal e Mendiga. Vai continuar a apoiar as IPSS's, bem como o apoio à natalidade, o apoio a novas creches, dizendo que ainda esta semana esteve cá o senhor Diretor da Segurança Social, criando, no fundo, algumas expectativas nesta matéria. Vai ser concluída a estratégia local de habitação. Vai definitivamente avançar com o saneamento básico das Pedreiras e do Juncal. Vai avançar com a requalificação das condutas de fibrocimento, como disse já, e vai ser recuperada a Casa dos Calados. o movimento associativo desportivo, vai continuar a ser apoiado, quer na vertente de prática desportiva, quer na vertente das infraestruturas. Portanto, este é um orçamento que é um enorme caderno de encargos, porque não é apenas um caderno de encargos para o próximo ano de 2022, mas também é um caderno de encargos que o compromete para este mandato e da sua parte, com a ambição de o poder concretizar, porque certamente com a sua concretização, se ficará com um concelho diferente, com um concelho habilitado para o futuro e com uma estratégia que entronca com aquilo que é a estratégia dos fundos comunitários e por outro lado, aquilo que é a sua perspetiva para se poder alavancar este concelho ao nível de quem cá vive, e também melhores condições para aqueles que nos visitam, mostrando de forma organizada o que de melhor temos, referindo a reportagem que saiu hoje na revista Evasões e que diz bem das belezas surpreendentes do concelho de Porto de Mós. Finalizando, disse estar disponível para ouvir os senhores deputados, referindo ainda que foi aprovada a reformulação da candidatura da ALE de Porto de Mós, tendo já sido enviado o contrato para o Tribunal de Contas, tendo sido esta candidatura aprovada com cerca de mais de um milhão de euros do que tinha a anterior.-----

-----**Joaquim Santiago Virgilio Alves (PS):**-----

-----Usando da palavra começou por dizer que depois de analisar o Orçamento, e de ver tanta coisa, tem as suas dúvidas. Quanto ao célebre saneamento da Cumeira, Albergaria, Cruz da Légua

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e Moitalina referiu que no Orçamento, estão previstos, para 2022, cinquenta mil euros. Para 2023, dois milhões, e para 2024, setecentos mil. Referiu depois que tinha duvidas quanto à concretização do que está plasmado neste documento, mas que se chegar ao fim de 2022 e o senhor Presidente fizer 50% do que aqui está, terá a coragem de lhe dar publicamente, os parabéns. Neste momento irá abster-se na votação deste documento.-----

-----**Nuno Dinis da Silva Salgueiro (PSD):**-----

-----Usando da palavra e depois de cumprimentar todos os presentes, disse que relativamente a este ponto, o senhor Presidente da Câmara fez uma excelente apresentação do Orçamento, o que agradeceu. Disse depois que este é um dos momentos mais importantes de um Município e de um concelho, porque é o momento em que se está na Assembleia, que é a voz do povo, em que se está a planear o concelho para os próximos anos sendo para si um dos momentos mais importantes na vida dum município. Como já foi dito, este é um Orçamento que está próximo dos 25 milhões de euros, em que as próprias despesas de capital representam cerca de 41%, ou seja, são cerca de dez milhões deste investimento, quando as mesmas receitas de capital, rondam os seis milhões de euros, ou seja, vai-se investir muito mais, do que aquilo que se vai receber para esse mesmo investimento. Também foi dito, e repetindo-se, disse que, de facto, este Plano e Orçamento, não deixa de ser uma continuidade do mandato anterior, e também na sessão anterior, já se assistiu à redução de alguns impostos, daí que este orçamento venha também fazer, uma forte aposta na área social das pessoas, no apoio às famílias e às instituições. Também no âmbito da qualidade de vida, verificou várias propostas para a realização de um conjunto de obras, seja, na área económica, a Área de Localização Empresarial, a Casa dos Calados, mas também nas melhorias da rede de esgotos, rede de águas, ciclovias, ecovias, parques, jardins, redes viárias e também, o que considera muito importante, a Loja do Cidadão de Porto de Mós, achando que o fácil acesso dos cidadãos aos serviços, é algo a que se deve dar relevância. Também na área da proteção civil e na luta contra os incêndios, o forte investimento que é feito a nível de transferências correntes para as associações de bombeiros. Na educação, e volta a referir o valor de 1,6 milhões de euros, onde se destaca os investimentos no Centro Escolar do Juncal, na Escola Secundária de Porto de Mós mas também a gratuitidade dos transportes escolares e o apoio às refeições escolares, os prolongamentos escolares de enriquecimento curricular. Na área da Saúde, destacou o seguro de saúde do Município, algo muito importante na área social, dado que há pessoas e famílias que estão a passar por imensas dificuldades, e esse seguro pode ser uma grande ajuda. Referiu ainda as extensões de Saúde de Alqueidão da Serra, de Arrimal e Mendiga e o que está a ser feito na sua freguesia de Pedreiras. Continuou dizendo que, apesar das despesas com pessoal terem aumentado um pouco, neste orçamento, têm um peso de cerca de 23 ou 24%, do total do mesmo. As aquisições de serviços estão em cerca de 28%, realçando o facto de as transferências correntes se situarem em cerca de um milhão e meio. Também no cumprimento da regra orçamental de 85%

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de execução, se se comparar com execução que se está a ter em 2021, e até com a previsão orçamental, ela claramente vai ser atingida, e quiçá se alcançará um valor um pouco superior ao que foi proposto. Terminando, disse que para as instituições e para as IPSS's, vão ser transferidos cerca de seiscentos e cinquenta e nove mil euros. Finalmente agradeceu aos técnicos a elaboração do documento que considera esclarecedor e de fácil análise.-----

-----**Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS):**-----

-----Usando da palavra passou a referir algumas questões que gostaria de ver esclarecidas. Disse que o senhor Presidente fala, e muito bem, nas Grandes Opções do Plano para o quadriénio de 2022/2026, mas gostaria de ver explanado no Orçamento quais é que são as Opções que são feitas para 2022, parecendo-lhe ser importante haver um compromisso por parte da Câmara, relativamente às obras que vão ser desenvolvidas em 2022. Compreendendo que é um Orçamento para um quadriénio, isso é algo que gostaria de ver respondido enquanto membro desta Assembleia. Falou também na criação do PIER para a pedra de calçada de Alqueidão da Serra, que era uma proposta que ele próprio já tinha feito, lançando aqui o repto que esse PIER para a calçada seja também alargado à Mendiga e S. Bento, e que sejam considerados outros PIER's, como o PIER da Brecha, na zona da brecha d'Aire, que é uma das zonas de mais-valia da laje rustica. Gostaria ainda de ser elucidado sobre qual o acordo que a Câmara Municipal tem, ou vai ter, com a empresa privada, Instituto Português da Face, Lda. Está previsto um investimento de trinta mil euros para uma entidade privada, pelo que gostaria de saber a natureza desse acordo. Ainda para o ano de 2023, e bem, está prevista a requalificação da Estrada de S. Bento/Telhados Grandes, com uma dotação de quatrocentos mil euros, mas sendo que se trata de um troço com dez quilómetros, lhe parece manifestamente exagerado.-----

-----**Luís Manuel Coelho Almeida (PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, começou por dizer que se está perante o Orçamento para o ano de 2022, portanto perante uma previsão daquilo que eventualmente possa vir a ser feito no ano de 2022. Depois da análise efetuada, disse que se trata de um caderno de encargos com uma grande responsabilidade que a Câmara Municipal está a assumir. Vinte e cinco milhões de euros, é realmente um valor muito grande, com muitas obras e um trabalho árduo para que se possa levar por diante este orçamento. O que normalmente se pergunta, é se este Orçamento é exequível. Para responder, há que analisar donde é que provém estes vinte e cinco milhões de euros e verificar se se está perante números reais, ou se serão números que não se atingem. Analisando as receitas correntes e as despesas de capital, disse que as correntes são as mais fáceis de verificar, porque normalmente, vêm de uma análise aos resultados dos exercícios anteriores e não deverão fugir muito do que aconteceu nos exercícios anteriores. Logo à partida, verifica-se que, o executivo teve o cuidado de, nas despesas correntes, usar o método de ver os

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

valores que existiram entre outubro de 2019 e setembro de 2021, tendo feito uma média. Se foi feita uma média, isso significa que as receitas correntes, irão estar muito próximas da realidade. O executivo usou aqui o método da prudência, em que as receitas provenientes do Orçamento de Estado para 2022, como este ainda não está aprovado, ainda não se sabe de quanto serão, e o executivo teve aqui o cuidado de considerar aqui apenas os valores que recebeu em 2021, havendo aqui a nítida intenção de apresentar despesas que sejam exequíveis. Quanto às despesas de capital, disse que já era mais difícil fazer as contas e de se chegar ao que serão as receitas de capital. Nas receitas de capital há aqui um milhão quinhentos e sessenta mil euros, que o executivo diz vir do saldo orçamental de 2021, ou seja, o executivo já está a alocar às receitas de capital esse valor. Por outro lado, há aqui uma verba de quatro milhões quatrocentos e quarenta e nove mil euros que são as transferências de capital. Nesse valor, há uma verba que teve de ser estimada, e que são três milhões de euros, e que dizem respeito àquilo que o executivo espera vir a receber de ajudas, apoios e subsídios de acordo com os investimentos que irá efetivar durante o ano. Para que realmente se venha a conseguir receber estes valores, é preciso que os investimentos sejam realizados. Mas também se verifica que os investimentos que estão aqui alocados, a esta receita de subsídios e ajudas, venham a ser realizados, tais como a ALE e a Casa dos Calados, o que permite ver que as receitas de capital poderão vir a ser realizadas. Por outro lado, também se afigura aqui outra situação. O executivo apresenta dezoito milhões de euros de receitas correntes e apresenta só catorze milhões e setecentos mil euros de despesas correntes, o que significa que há aqui um proveito orçamental de três milhões e setecentos mil euros, que irão passar de despesas correntes para as receitas de capital, constituindo mais um reforço de que é possível as receitas de capital, virem a ser as que aqui estão enumeradas. Quanto às despesas de capital, disse que apenas queria salientar o facto de as despesas de transferências para as freguesias e IPSS's do concelho, no montante de um milhão e quatrocentos e oitenta e oito mil euros, corresponde a 8,65% do Orçamento. Quanto às Grandes Opções do Plano, disse que é onde se elencam as despesas ou parte delas, e o que mais chama a atenção, é que dentro destas despesas de investimento estas estão distribuídas por todas as freguesias do concelho, e isso é que é relevante. Exemplificando, disse que a principal seria a ALE de Porto de Mós, mas que esta obra tem um interesse que é transversal a todas as freguesias do concelho, pelo emprego, qualidade de vida e desenvolvimento que proporciona a toda a população do concelho. A recuperação da Casa dos Calados, no Juncal, é um anseio da freguesia do Juncal, há anos. A requalificação do Mercado de Mira de Aire, também um anseio do povo de Mira de Aire e que está aqui contemplado. O saneamento da Cumeira/Albergaria/Boieira/Cruz da Légua, uma necessidade imperiosa para aquela população. E isto apenas para falar de algumas das obras relevantes que aqui estão contempladas. Não se pode deixar de falar também do apoio aos bombeiros, e por fim o seguro de saúde para toda a população do concelho. Tudo isto para dizer que se está perante um orçamento exequível, que contempla todo o concelho de Porto de Mós e que por isso deve merecer a aprovação desta

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assembleia Municipal.-----

-----**Rui Augusto Marques da Silva Pereira Neves (PS)**:-----

-----Usando da palavra e cumprimentando todos os presentes, disse, dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara que, este Orçamento lhe deixa imensas reservas, e de que aquele tenha uma estratégia para o concelho. Ouvindo dois dos seus antecessores, sobre o grau de execução da despesa de capital, e se anteriormente a despesa de capital se situava por volta dos sete milhões e executavam 50%/55%, descontando o ano de 2021 porque foi atípico, como é que com dez milhões, se vão executar mesmo dez milhões, perguntou. Estará aqui para ver, e se o conseguir, dar-lhe-á os parabéns. Este orçamento deixa-lhe reservas porque, quer chegar a tanto lado e tem um espetro de abrangência tão grande, e é bom que seja ambicioso, mas isto parece-lhe mais uma questão de querer agradar a tudo e a todos. Disse não acreditar nem no planeamento nem na respetiva previsão orçamental, quer na receita quer na despesa. Há um histórico, e se se olhar desde 2017 até 2021, nomeadamente a despesa de capital, porque a despesa corrente é toda consumida, é tradicionalmente baixa. E é aquilo que os documentos dizem. Este orçamento, disse, tem uma particularidade que é o facto de ter 86 rubricas abertas com verbas entre mil e cinco mil euros e 33 entre os cinco mil e os quinze mil. Passou dizer que as áreas que lhe merecem reserva são, o saneamento na Estrada Nacional nº 8. Disse depois que o senhor Presidente da Câmara tinha anunciado através de um grande cartaz, a aprovação do projeto e financiamento. Disse nunca ter tido conhecimento de que o projeto tivesse sido aprovado, a intenção sim. Depois, as verbas que estão inscritas para 2022, são de cinquenta mil euros. Se o projeto e o financiamento estão aprovados, então a obra é para começar. Vai começar uma obra de quatro milhões com cinquenta mil euros, perguntou. Depois o saneamento do Chão Pardo, de Casais Garridos, de Andam, Andaíno, cem mil euros. Pediu ao senhor Presidente, a fineza de o esclarecer. Quanto à Saúde, referiu-se às obras no Centro de Saúde de Porto de Mós, dizendo que estão previstos dez mil euros em 2022, cinquenta mil em 2023, a assim fica feita a requalificação do Centro de Saúde de Porto de Mós. Quanto ao Centro de Saúde de Alqueidão da Serra, disse que, com vinte mil euros não vai começar em 2022. Em 2023, tem aqui novecentos mil, é possível, para terminar a obra em 2024, com duzentos mil euros. Aqui ainda admite, pois está previsto um total de um milhão e cem mil euros, agora em Arrimal e Mendiga, começar com dez mil e terminar com oitenta mil, construir um edifício para um Centro de Saúde, para as duas freguesias, com noventa mil euros... aqui é que já põe as suas dúvidas. Depois, disse, na sequência de uma entrevista que o senhor Presidente deu ao Jornal de Leiria, que na primeira semana de campanha, em que falou da questão dos incentivos para a fixação de profissionais da saúde, no orçamento não vê pelo menos uma designação que esteja de acordo com essa preocupação que manifestou. Esse aspeto na área da Saúde, deve ser uma preocupação maior do que muitas das que estão previstas em orçamento. Na Educação, referiu que vê aqui medidas de combate ao insucesso escolar, estando definidas verbas para 2022

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e 2023, cinquenta e cinco mil euros, dizendo ainda não saber se o insucesso escolar vai acabar em 2024, salientando que o combate ao insucesso não se faz apenas contratando técnicas, achando no entanto muito bem que isso seja feito. No entanto o problema do insucesso escolar é algo muito mais vasto, tendo a ver com habitação, com educação, com bem-estar das famílias e outras situações. Tendo falado depois da Escola Secundária, disse que no Orçamento estão previstos quatro milhões e tal, para 2026. Disse saber das dificuldades que tem tido e acredita que tenha feito todos os esforços, porque de facto a Escola precisa de uma intervenção muito profunda, mas depois tem nos anos, antes de 2026, intervenção na EB2 para um Centro Tecnológico, perguntando para onde vão os alunos. Quanto a este Centro Tecnológico, disse que não sabe se e como, esta necessidade foi constatada, porque existem cursos tecnológicos em Porto de Mós, no Juncal e em Mira de Aire e ainda vão abrir mais, pedindo esclarecimento sobre este assunto. Disse ainda que também queria um esclarecimento sobre o Seguro de Saúde, porque o senhor Presidente da Câmara anunciou, e passou a citar que, *"este seguro de saúde é para todos os residentes"*. De acordo com os últimos censos, disse que são cerca de vinte mil pessoas, a residir no concelho de Porto de Mós. Realçou depois a remodelação da Casa dos Calados, que é uma boa obra, prevendo que o lançamento se faça no segundo semestre, apesar de o Portomosense ter anunciado que estava tudo pronto e era só começar, mas não começou em 2021. Mas parte desse milhão voa para 2022. E assim vai ser. Todas as obras que não conseguir fazer, as verbas transitam para o ano seguinte, e por isso a situação financeira da Câmara é sempre boa e por isso é que a taxa de execução se situa sempre nos 50%. Terminou dizendo ao senhor Presidente da Câmara que, goste-se ou não, o senhor tem um caminho a fazer e dentro de um ano cá estaremos para comprovar esta dispersão de verbas e a falta de planeamento que impede a meta deste Orçamento.-----

-----**Isa Filipa Ferreira Vala (PSD):**-----

-----Iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e dizendo querer começar por *"dar os parabéns a este executivo, por dar voz a todos os jovens. E para além de dar voz, dar oportunidades, criando políticas que atraem os jovens. Na minha opinião, mais importante que atrair jovens, é fixar os jovens. Os jovens que vão estudar para fora, para as suas universidades, sintam orgulho e vontade de voltar para a sua terra de origem. Sintam também o apoio do município para poder estudar e seguir a sua área de interesse. Falo por exemplo da continuação dos apoios aos estudantes universitários através de bolsas de estudo. Para além das bolsas de estudo, e falando agora dos jovens ainda mais jovens, do apoio que o município vai continuar a dar a nível de transportes escolares, as refeições que continuam a oferecer às famílias carenciadas e com algumas dificuldades e todo o apoio. Para além dessas ofertas que fazem toda a diferença no agregado familiar, quero frisar que o atual executivo vai tentar dar uma orientação aos alunos, através de férias vocacionais, algo que marca toda a diferença no percurso de um jovem. Depois,*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sim, vem a etapa da universidade onde se enquadram as bolsas de estudo, onde qualquer estudante que cumpra os requisitos, tem direito a ela e receba a mesma. Reconheço que faz toda a diferença a um bolseiro. Após esta etapa, a etapa da Universidade, vem o futuro, o caminho profissional. Aqui, o atual Orçamento, já contempla medidas que atraem empresas e mão-de-obra qualificada para Mira de Aire, mas penso que podemos ir mais além. Pensar em medidas semelhantes para cobrir todo o concelho, falo por exemplo, o apoio à habitação, pois como nós sabemos, cada vez mais, os jovens saem mais tarde de casa dos seus pais. Os ordenados, são por regra baixos, perante os atuais valores de mercado, tanto do mercado de arrendamento, como do mercado da compra, e no nosso concelho, parte da vila, Pedreiras, S. Jorge e zonas com melhores acessos, são até inexistentes as ofertas. Espaços coworking e espaços para habitação a baixo custo, que abrangem mais partes do concelho é uma boa sugestão. Por fim, quero dar os parabéns por este executivo continuar a dar o apoio à natalidade, e muitas famílias têm reconhecido e recorrido a este. Também, por desenvolver o projeto Jovem Autarca, pois nos dias que correm, muitos jovens estão desinteressados e precisam de se conseguir ligar à política. À política que está de mão dada com a população. À política que prestigia os políticos. Obrigada."-----

-----**Rita Alexandra Sacramento Rosa Cerejo (PS):**-----

-----Iniciou a sua intervenção, dizendo que, depois de cumprimentar toda a Câmara Municipal na pessoa do seu Presidente, não sendo a sua área de formação no âmbito da economia ou finanças, as questões que irá colocar ao senhor Presidente da Câmara também lhe são colocadas pelas pessoas que aqui representa, querendo alguns esclarecimentos relativamente a estas. Começando por Alvados, referiu-se ao Centro de Desporto ao Ar livre, porque o senhor Presidente não o mencionou aquando da sua apresentação, e portanto questiona o que é que está previsto para o futuro, qual é a verba, se há alguma intervenção, se há algum projeto ou alguma calendarização quanto a este ponto. Mencionou o saneamento básico nalgumas ruas, no entanto não pormenorizou e portanto, se fosse possível, gostaria de saber quais as ruas em concreto assim como a calendarização para a o abastecimento de água à zona alta de Alcaria. Essas são preocupações existentes naquela freguesia para as quais gostaria de ter uma resposta. Falou também de uma situação que para si, lhe é cara, pois enquanto mãe, teve muita dificuldade e todos os pais passarão por isso, neste concelho e noutros, infelizmente, que é arranjar uma vaga em resposta de equipamentos de creche. O senhor Presidente mencionou que a Câmara vai apoiar a Associação de Serviço e Socorro Voluntário de S. Jorge na construção da creche e no tão ansiado centro de convívio intergeracional. Uma vez que ela própria conhece bem a Direção desta Instituição, bem como a própria instituição, e sabendo que este projeto de convívio intergeracional que realmente existiu, neste momento não está no plano de atividades daquela Associação, sabendo que, em tempos lhe foi proposto avançar com uma creche e que decidiram não o fazer, e decisão, que tanto quanto sabe, mantêm, questiona o porquê da inclusão desta verba no

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Orçamento, e já agora, em que sitio, em que local, é que vai ser feito tudo isto, perguntando se serão as duas respostas no mesmo sitio, causando-lhe alguma estranheza que isto não está no Plano de Atividades da Instituição e haver uma verba prevista para apoio no Orçamento da Câmara Municipal, mas o senhor Presidente saberá justificar.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Cumprimentando todos os presentes dirigiu uma saudação especial à senhora Presidente da Assembleia Municipal, fazendo votos de uma rápida recuperação. Seguidamente passou a fazer a seguinte intervenção:-----

-----"O Orçamento e GOP's refletem o programa eleitoral que os portomosenses escolheram, com uma larga maioria. Neles estão incluídas as infraestruturas e as políticas nas várias áreas definidas por este executivo. Aliás, é um orçamento com a dignidade do mandato anterior, mas mais arrojado. Destacamos os grandes pilares que contribuem para o desenvolvimento do nosso concelho: a economia, onde se inclui a ALE, mas também a economia local, a aposta na cultura e no turismo e no meio ambiente, referenciamos neste caso, a Casa dos Calados. A aposta também na rede de águas e saneamento básico. A aposta na Saúde e no Bem-estar, com a construção de extensões de saúde que deviam ser construídas pelo Governo da Republica. Uma inovação, a criação do seguro de saúde e também a estratégia local de habitação. A aposta na educação e na criação de igualdade de oportunidades. A ação social, marca de água deste executivo, e que faz parte do ADN da Social-democracia, continua a ser uma aposta muito forte, quer no apoio às pessoas, quer no apoio às IPSS's. A continuação do forte apoio ao associativismo e aos bombeiros voluntários, e às freguesias. Destacamos também, por ser inovador, a instalação do Centro de Investigação da Face, em S. Bento e o coworking em Mira de Aire. E podíamos aqui referir mais. Mas da análise global, referimos que é um orçamento com inovação e visão estratégica a médio e a longo prazo. É um Orçamento inclusivo, pois foram ouvidas todas as forças políticas e todos os executivos das Juntas para acomodar as necessidades das dez Juntas sem exceção. Um Orçamento que promove a coesão social e territorial. Um Orçamento justo e equitativo, pois todas as freguesias são tratadas como parte integrante do nosso concelho, com características diferentes e necessidades diferentes, mas todas somos Porto de Mós. Um Orçamento que coloca o nosso concelho no rumo certo. Um Orçamento com grande vertente humanista, mas é para isso que servem, a política e os políticos, para servirem as pessoas e colocarem acima de tudo o bem-estar da sua comunidade e cumprir o que se promete, também dá credibilidade à política e aos políticos. Por isso, é com grande satisfação que o PSD votará favoravelmente este Orçamento e GOP's. Desejamos senhor Presidente que tenha a força, a determinação e a saúde necessárias para realizar as GOP's, e executar este orçamento. Não temos duvidas que este é o caminho certo para Porto de Mós assumir um papel preponderante na região e no país. Obrigada."-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Câmara passou a usar da palavra para responder aos anteriores intervenientes. Começou por dizer que queria dar nota e agradecer aos senhores Chefe de Divisão Rogério Nunes e Chefe de Gabinete Pedro Vala, porque foram eles os obreiros do documento que aqui está. Relativamente às questões que lhe foram colocadas, disse a **Joaquim Santiago**, quanto ao financiamento do projeto da Cumeira, que de facto esse projeto vai avançar, faltando o parecer favorável das Estradas de Portugal, e só não avançou porque o executivo faz questão de que as Estradas de Portugal lhes dê o acordo para que aquele investimento tenha consequências em termos de asfaltamento. É uma intervenção prolongada, que vai ter mais de duzentos atravessamentos e que portanto vai exigir uma nova pavimentação. No que se refere à questão dos valores, se viu bem, está em financiamento não definido, incluído naquele que há-de ser o saldo de 2021, um milhão de euros, para 2022, e mais 1,5 milhões do financiamento que foi aqui aprovado. Portanto, disse que não será por aí que a obra não vai avançar, antes pelo contrário, trata-se de um compromisso do executivo, e se não fosse para avançar, não se teriam comprometido. Também sobre as reservas disse que sobre a execução de 2021, irá ter a melhor execução de sempre. E a melhor execução de sempre, não tem, nem de perto nem de longe, nada a ver com aquela que aconteceu em 2017, em alcatrão. A execução que foi feita e que está a ser concluída, é com obra. São obras que arrancaram eventualmente tarde demais, mas arrancaram. Vamos ter um orçamento da despesa de capital, que há de rondar os 80%, porque de facto, a Casa dos Calados, que está contratada, tendo sido recebido hoje o visto do Tribunal de Contas, e portanto a obra pode começar na próxima segunda feira, porque este executivo não faz aquilo que eventualmente outros fazem, que é começar a obra sem ter o visto do Tribunal de Contas. Sobre o que disse **Nuno Salgueiro**, agradeceu o reconhecimento, dizendo que este Orçamento é um orçamento de continuidade. É um Orçamento cujos projetos foram sufragados e o executivo decidiu assumir que este era um documento em que não faria sentido interromper aquilo que vinha a ser feito, até do ponto de vista da estratégia. Naturalmente que um Orçamento é, como disse **Luís Almeida**, um documento dinâmico, um documento que permite ajustamentos às circunstâncias, à conjuntura e àquele que há de ser o futuro próximo, porque se o futuro próximo continuar a ser persistentemente voltado para esta pandemia, obviamente que o executivo, e os senhores deputados municipais concordarão com isso, terá que avançar com medidas circunstanciais, para combater a pandemia apoiando a população. Por isso, para si e para este executivo, um orçamento é sempre um documento indicador, um documento estratégico, mas em simultâneo é também um documento que pode ser alterado sempre que haja necessidade, e assim será. Quanto às questões que lhe foram colocadas por **Samuel Costa**, disse que de facto as obras a desenvolver em 2022 estão indicadas no Orçamento. As reservas sobre os valores, a estrada de S. Bento por exemplo, que tem dez quilómetros, tem seis metros de largura, a um preço médio do asfalto de oito euros o metro quadrado, há de dar quatrocentos mil euros, não estando muito enganado quanto ao valor da reparação daquela estrada. A questão dos PIER's, também é

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

simples. Os PIER's foram elaborados e iniciados aqui no concelho de Porto de Mós, em 2012. Foram suportados financeiramente pela Assimagra. Na altura, levantou-se a hipótese de fazer PIER's em Alqueidão da Serra. Não avançaram. Agora a Câmara deparou-se aqui com um problema de licenciamento das explorações de calçada, estando disponível para avançar com um plano de intervenção. O espaço de Alqueidão da Serra foi aquele que foi definido e que nos foi solicitado, não sabendo se há mais. Disse ainda que o PIER do Pé da Pedreira, foi atrasado, porque foi incluída uma zona, quer na freguesia da Mendiga, quer na freguesia de S. Bento, para exploração de laje e de pedra de calçada. Disse depois que é a primeira vez que ouve falar de um PIER fora daquela zona, e portanto é assim que está, tendo-se já avançado com o processo de levantamento topográfico no Alqueidão da Serra. Se eventualmente, houver outra circunstância que o justifique, cá estaremos como sempre estivemos. Sobre a questão do Instituto Português da Face, o que aconteceu, foi que o Professor David Ângelo e o seu sócio, em determinada altura procuraram território de baixa densidade para instalar um laboratório do Instituto Português da Face, para investigação. Precisavam de um pavilhão para fazer o laboratório, com cerca de seiscentos metros quadrados, onde conviverão entre cinco a dez investigadores, e precisavam de ter fibra ótica. Será presente a reunião de Câmara um protocolo, e o compromisso da Câmara com o Instituto Português da Face, que ainda não está firmado, é esta ser parceira, encontrando uma solução de instalações que serão contratualizadas com o Instituto Português da Face. O médico David Ângelo é de Porto de Mós, e teve interesse, havendo em Porto de Mós território de baixa densidade, em instalar aqui este Centro. Relativamente à intervenção de **Luís Almeida**, disse que há aqui uma preocupação, e sempre houve, de que as receitas correntes possam disponibilizar valor em quantidade suficiente, para se poder ir ao encontro das suas obras. *“Respondendo a alguém que me falou nas despesas correntes, quero dizer que no ano de 2018, e isso está escrito, está nos documentos, este executivo gastou menos quatrocentos mil euros, que o anterior executivo no ano de 2017. Portanto vê-se bem, quem é que gastava dinheiro em barda em despesas correntes, ao contrário de nós, que temos tido uma gestão permanentemente responsável, ao ponto de podermos, uma vez mais, e tem sido todos os anos desde que cá estamos, termos sido classificados como fomos, pelo Anuário Financeiros dos Municípios, como sendo um dos melhores do país e um dos melhores da região de Leiria. Temos efetivamente de nos regozijar, Luís Almeida, porque efetivamente, a execução deste ano é uma execução acima daquilo que eram as expectativas de muitos, provavelmente, a melhor execução de sempre, e no próximo ano vamos dar seguimento a esta execução de 2021, porque em 2022, teremos de certeza absoluta, uma execução ainda melhor. Portanto, as reservas são naturais e vindo de onde vêm são ainda mais naturais. Nós somos ambiciosos e fazemos. Quem está à espera de ver, eu espero que veja, mas espero também, que reconheçam, se as coisas correrem como têm corrido. Aliás, aquilo que eu estou a dizer está devidamente documentado e pode ser comprovado. Ninguém, mas ninguém até hoje, atravessou aquilo que nós atravessámos. E eu convido a falar com autarcas de norte a sul*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do país, seja de que partido for, e perguntem-lhe o que é que passaram durante o tempo da pandemia. E perguntem-lhes quantas vezes se lembraram que ia haver eleições e que era necessário fazer obra. Nunca. E nunca porque para nós, e para os autarcas todos deste país, esteve sempre primeiro e estará sempre primeiro, a população do nosso concelho. E disso nunca tenham dúvidas, porque se for necessário voltar a abdicar de fazer obras, importantes, direi até, muito importantes para a nossa população, em troca de voltarmos outra vez a apoiar as pessoas naquilo que é essencial para elas, nós não abdicaremos disso." Quanto ao saneamento de Chão Pardo, disse que o levantamento está a ser feito neste momento, coisa que nunca ninguém fez, bem como nunca ninguém pensou em fazer saneamento em Chão Pardo. Foi feito um acordo de princípio com a Câmara Municipal de Leiria para que o abastecimento de água de Chão Pardo, possa drenar para Porto Carro. Aquela zona do concelho com uma densidade populacional muito considerável, ficará coberta com saneamento básico. Continuou dizendo que, se se quiser um concelho evoluído e com qualidade de vida, tem que se estar sistematicamente preocupado em fazer saneamento básico. Foi por isso que ainda que esta semana esteve em Coimbra a tentar perceber se no imediato e ainda no quadro do 2020, se podia, no âmbito do POSEUR, ir buscar algum valor suficiente para compartilhar o saneamento de Mira de Aire, considerando ser este prioritário, pois uma parte importante da população daquela vila não tem saneamento estando a dejetar para o aquífero. Face à grande preocupação existente e já manifestada e documentada junto do Ministério do Ambiente e da APA, poder-se-á vir ainda a ter um financiamento no âmbito do POSEUR. Se isso não acontecer, mapear-se-á prioritariamente saneamento básico no próximo quadro comunitário 2030, em detrimento de qualquer outra obra. Se se quiser qualidade de vida, se se quiser entrar nos ciclos ambientais de transição, não se pode de forma nenhuma deixar para trás esta questão do saneamento. Disse ainda saber que o saneamento são das piores obras que um Presidente de Câmara pode fazer, porque incomoda as pessoas, depois de estar feito vão obrigar-se as pessoas a ligar, ficando a pagar, e no fim, que é o que alguns dirão, é que o executivo não fez nada porque não se vê, ficou enterrado. Referiu-se depois à requalificação dos Centros de Saúde e concretamente quanto ao de Alqueidão da Serra, dizendo que, quando este documento foi iniciado, tinha sido prevista uma situação que em princípio não se vai concretizar, e portanto vai ser feito para Alqueidão da Serra e para Arrimal e Mendiga um projeto de raiz estando a equacionar na Comunidade Intermunicipal para o fazer em grupo. A ARS tem princípios de projetos modelo, e em princípio irá avançar-se através da CIM, mas se não for assim, avançaremos sozinhos, porque esta é uma das poucas áreas em que há efetivamente dinheiro para os municípios se poderem candidatar através do Programa de Resolução e Resiliência. Assim, logo que haja os financiamentos avançar-se-á, independentemente da forma como está definido em Orçamento. Sobre a questão dos profissionais de saúde, disse que se trata efetivamente de uma preocupação que o leva a correr no sentido de tentar sensibilizar quem nos governa para que possamos ajudar a população. Já se tentou, mais do que uma vez, que o concelho de Porto de Mós, fosse incluído nos concelhos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

prioritários, ou seja, concelhos com vagas carenciadas, para que os profissionais de saúde possam ter um incentivo financeiro para que possam fixar-se aqui e obrigá-los a estar cá durante três anos. Para que se tenha a noção exata, disse que a USP de Porto de Mós tem apenas seis de onze médicos, tendo disso já dado conhecimento a toda a gente, no sentido de tentar resolver esta situação. Na próxima semana terá lugar uma reunião com a Associação Urgente para se tentar pedir ajuda para que estas respostas existam. Disse ainda que pede ajuda a todos no sentido de poder resolver uma situação que infelizmente passou a ser dramática. Explicando rapidamente, disse que, temos três médicos em Mira de Aire e depois temos dois médicos em Porto de Mós, o Dr. José Carlos e o Dr. Cadima. A médica que estava na Mendiga foi de baixa prolongada. Três médicos em Porto de Mós, uma foi em mobilidade e não foi substituída, a outra rescindiu o contrato e a outra está também de baixa prolongada. O médico de Serro Ventoso e S. Bento, não lhe renovaram o contrato e retiraram-lhe o ficheiro. E como se não bastasse, a senhora Delegada de Saúde, logo que houve mais de dez casos, meteu baixa, e está no seu direito. E portanto a Saúde no concelho de Porto de Mós está assim. E também por isso se justifica mais do que nunca, avançar eventualmente para o cartão de saúde que custa efetivamente cento e vinte mil euros por ano para toda a população. Referiu ainda que a Câmara está obrigada a um concurso público e este demora em média, entre três a cinco meses e que calcula que daqui a seis meses se possam entregar os cartões à população. Disse depois que há mais do que uma seguradora a fazer este tipo de seguros, em que as pessoas pagam substancialmente menos por consultas, por consultas de especialidade, por rastreios, por exames de diagnóstico, havendo um conjunto de procedimentos que têm em média, 50% de desconto em relação àquilo que o hospital ou clínica pratica, com a vantagem, todos eles, de dizerem que farão protocolos com as clínicas locais. Esta é também uma forma de servir a população e ajudar as clínicas locais, neste particular. Sobre a questão da educação, disse que o projeto da Escola Secundária de Porto de Mós, aguarda a alteração. Naturalmente que uma coisa está ligada à outra, mas nós precisamos do espaço para o Centro Tecnológico, porque o Centro Tecnológico não é ensino profissional, senhor deputado. O Centro Tecnológico é um Centro Tecnológico de investigação, que vai trazer para cá a academia e vai estudar ao nível dos recursos minerais, os ciclos e a evolução dos minerais. E que já está a trabalhar. Ainda esta semana fui convidado para ir à apresentação da conjugação das lamas que resultam da transformação da pedra em conjunto com algas, para fazer plástico biológico. Isto está a acontecer no nosso distrito na Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar, em Peniche. E portanto, nós estamos muito interessados em ajudar os nossos empresários, estamos muito interessados em colocar o nosso concelho a este nível dos recursos minerais na linha da frente, e mais, ainda agora em conjunto com os empresários, nós somos o único município que integra uma candidatura às agências mobilizadoras para a inovação empresarial, que integra vinte empresas da nossa região. É liderada pela Solancis, uma empresa da Benedita, mas que integra também dez empresas de tecnologia e *software*, catorze entidades de ensino superior, quatro associações, onde

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

se inclui a Assimagra, a Câmara Municipal de Porto de Mós e o LNEC. Estamos na linha da frente, é um projeto de mais de 50 milhões de euros, onde Porto de Mós, será aqui, no fundo, o centro deste enorme investimento. Sobre a questão da habitação, disse que esta não existe há mais tempo, porque antes nunca se fez um plano estratégico. E não se pode ir ao IHRU, por exemplo, sem pensar qual é a realidade da habitação no concelho, projeto que está em curso e que ficará terminado durante este ano. O plano estratégico será aqui presente nesta Assembleia para discussão, lançando o desafio para que, quando aquele estiver em consulta pública, darem os seus contributos, e que não venham aqui, apenas no fim, dizer que está tudo mal feito. Esta iniciativa vai ser publicitada como todas as que têm tido, a este nível. Sobre as taxas de execução disse que já falou, estando ciente de que este é um bom documento e que mereceu o acordo de todo o executivo, tendo sido aprovado por unanimidade e se não o fosse, não teria merecido essa confiança. Respondendo depois à senhora deputada **Rita Cerejo**, disse que o Centro de Interpretação de Alvados vai abrir no próximo mês de fevereiro. Não há mais investimento, estando a obra concluída. Trata-se de um Centro de Interpretação sobre o Território e fundamentalmente sobre aquilo que é a candidatura associada aos setecentos quilómetros de trilhos, ao turismo de natureza e a tudo aquilo que tem a ver com aquela zona de Alvados. Era, como se sabe, um edifício que estava abandonado, que foi reabilitado dando-lhe uma nova função. A questão da zona alta de Alcaria, disse que está a ser ultimado o estudo, e no primeiro semestre do próximo ano, será concretizado. Sobre a questão das ruas, disse que não tem presente quais são, mas o que sabe é que se vai avançar, continuando a fazer saneamento em Alvados. Quanto ao equipamento de creche, disse que no ano passado teve uma conversa com o senhor Presidente da Associação de Socorro de S. Jorge, manifestando a nossa vontade, tendo em conta a centralidade de S. Jorge, em avançar-se com uma creche. Não teve *feedback* de que não fazia parte da ideia da Associação não avançar. Felizmente, naquela zona existem mais instituições, que assim sendo, irão ser priorizadas para avançar com a creche naquele eixo do IC2 e Nacional nº 8, porque é fundamental que se continue a servir a população. Existe apenas 32% da população servida com creche, dos 0 aos 3 anos. É um dos concelhos que tem défice e havendo fundos comunitários para apoiar, vai ter-se aqui no concelho, uma cobertura completamente diferente. Através do Centro Paroquial do Juncal, que já tem o acordo firmado para fazer obras destinadas a acolher mais 34 crianças. A Associação Infantil das Pedreiras tem um projeto, vai candidatá-lo para fazer obras de ampliação, também para mais cerca de 30 crianças e a Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós, tem também em curso um projeto para requalificação da antiga escola pré-primária da Corredoura, que foi cedida pelo município para este efeito. E portanto, disse, pensa que dentro de um ano, um ano e meio, se podem já estar a dar passos diferentes, e isso sem prejuízo de ter também consultas de dois privados, no sentido de poderem eventualmente instalar-se aqui no concelho de Porto de Mós. Os apoios do Município, neste âmbito, estão definidos para IPSS's, e desde que haja vontade, não será pela falta de apoios do município que não haverá creches.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Terminando, disse, dirigindo-se a toda a Assembleia, que "gostava de vos dizer que este é um bom orçamento, aliás, como aqui foi referido pela Dr.ª Olga Silvestre. É um orçamento que é pensado para quatro anos, mas nós temos de aprovar é o de 2022, e eu peço à Assembleia que dê um voto de confiança a este executivo, porque aquilo que fizemos e aquilo que vamos fazer, é exatamente aquilo com que nós nos comprometemos. Muito Obrigado."-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação o ponto 2 da Ordem de Trabalhos - **Documentos Previsionais para os anos 2022-2026** – tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 23 (vinte e três) votos a favor e 8 (oito) abstenções**.-----

-----O **Grupo Municipal do Partido Socialista** apresentou à Mesa a **declaração de voto** que a seguir se transcreve:-----

-----" A proposta do executivo do PSD para 2022, é uma proposta que pode ser resumida a um manifesto de intenções, mas que dificilmente serão cumpridas no ano a que se refere este Orçamento. Com uma execução média de cinco milhões de euros anuais, não é de todo verosímil, que a Câmara consiga executar os dez milhões, de investimento a que se propõe. Desta forma, este Orçamento não passa de um manifesto de intenções que serve para mascarar a fraca taxa de execução do último mandato. Por outro lado, o atual Orçamento, não demonstra de forma clara quais são os investimentos prioritários, nem a calendarização para os mesmos, indiciando apenas uma intenção muito vaga. No final de 2022, confirmaremos que este Orçamento foi mal planeado e que enferma de uma clara falta de estratégia para atração e fixação de pessoas e empresas. Assim, e por ser um Orçamento, que à semelhança do ano anterior, não passa de um manifesto de intenções, sem no seu todo se tratar de um verdadeiro instrumento de trabalho para o ano de 2022, os eleitos do Partido Socialista, vêm por esta forma, abster-se na votação da proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2022."-----

-----**3. Medidas de execução do orçamento para o ano de 2022:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara usou da palavra dizendo que este é um documento técnico, que é obrigatório, sendo que habitualmente até se discute em conjunto votando-se depois em separado. Mostrou-se disponível para responder a quaisquer questões que entendessem colocar-lhe.-----

-----Não havendo pedidos de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação o ponto 3 da Ordem de Trabalhos - **Medidas de execução do orçamento para o ano de 2022** – tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 23 (vinte e três) votos a favor e 8**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(oito) abstenções.-----

-----**4. Pedido de autorização genérica para assunção de compromissos plurianuais no exercício de 2022:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra explicitou a proposta que a seguir se transcreve e que foi aprovada por unanimidade em reunião de Câmara de 07.12.2021:-----

-----“Considerando, por um lado, o disposto no n.º 1 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente, com a aquisição de bens e serviços através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando:-----

-----a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;-----

-----b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos;-----

-----**Considerando:**-----

-----A alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua atual redação, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal;-----

-----Que o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação, diploma que regulamenta a citada Lei dos compromissos, conforme artigo 14.º, estabelece que a referida autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano;-----

-----Impõe-se a necessidade de solicitar a referida autorização prévia à Assembleia Municipal, nos mesmos termos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, dado que parte do citado normativo foi revogado pela lei dos compromissos (artigo 13º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro).-----

-----Propõe-se, por motivos de simplificação e celeridade processuais, e procurando replicar uma solução idêntica à preconizada para as entidades do Setor Público Administrativo, que a Assembleia Municipal delibere, relativamente à Câmara Municipal:-----

-----1. Para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/12, de 21 de Fevereiro, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pela Câmara Municipal, nos casos seguintes:-----

-----a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano;-----

-----b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos;-----

-----2. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/12, de 21 de Fevereiro, na sua redação atual, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas;-----

-----3. A Câmara Municipal poderá delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública, de acordo com o estabelecido no n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 8/12, de 21 de Fevereiro, na sua atual redação;-----

-----4. O regime de autorização ora proposto deverá aplicar-se à Câmara Municipal relativamente a todas as assunções de compromissos a assumir, desde que respeitadas as condições constantes dos n.ºs 1 e 2;-----

-----5. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe."-----

-----Não havendo pedidos de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação o ponto 4 da Ordem de Trabalhos - **Pedido de autorização genérica para assunção de compromissos plurianuais no Exercício de 2022** – tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**5. Mapa de Pessoal para o Ano de 2022:**-----

-----Usando da palavra, o senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra explicitou a proposta que a seguir se transcreve e que foi aprovada por unanimidade em reunião de Câmara de 07.12.2021:-----

-----"O Município de Porto de Mós, enquanto empregador público, anualmente tem que planear as suas atividades de natureza permanente ou temporária, tendo presente a missão, as atribuições, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e dos recursos financeiros disponíveis. Para dar resposta a toda a atividade municipal, deve-se planear e pugnar por uma gestão cada vez mais eficiente e de qualidade, competindo no caso em particular, ao dirigente

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

máximo do serviço, o Presidente da Câmara Municipal, a elaboração do mapa de pessoal, conforme disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 27.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), publicada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, acompanhado da proposta de Orçamento Municipal, de acordo com o n.º 4 do artigo 28.º da LTFP:-----

-----O mapa de pessoal, elaborado em conformidade com as regras estabelecidas nos artigos 28.º e seguintes da LTFP, constitui um instrumento fundamental de planeamento e gestão estratégica de recursos humanos, através do qual é possível obter uma visão integrada e dinâmica desses mesmos recursos, contribuindo para uma cultura organizacional orientada para o serviço público, de acordo com critérios de racionalização, transversalidade, eficiência e economia de custos.-----

-----Neste particular deverá ainda ser tido em conta a necessidade de preparar a organização para a era digital e paulatinamente e, dentro do possível, o rejuvenescimento do pessoal ao serviço da entidade.-----

-----Foi tido em conta a necessidade de dotar algumas funções com pessoal por tempo indeterminado, por se verificar que as funções são permanentes e portanto não deverá ser assegurado por pessoal contratado a termo certo.-----

-----A proposta do mapa de pessoal contém a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece, para o desenvolvimento das respetivas atividades, caracterizadas em função:-----

-----a) Da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou a executar;-----

-----b) Do cargo ou da carreira e categoria que lhes correspondam;-----

-----c) Dentro de cada carreira e, ou, categoria, quando imprescindível, da área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular;-----

-----d) Do perfil de competências transversais da respetiva carreira ou categoria, regulamentado por portaria do membro do Governo responsável pela área da Administração Pública e complementado com as competências associadas à especificidade do posto de trabalho.-----

-----O mapa de pessoal é aprovado pela Assembleia Municipal, de acordo com o preceituado no n.º 4 do artigo 29.º da LTFP e alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sendo afixado no órgão ou serviço e disponibilizado na página eletrónica institucional do município. A estrutura do mapa de pessoal contempla as diversas modalidades de relação jurídica de emprego público existente no Município de Porto de Mós.-----

-----Da proposta apresentada, prevêem-se **8 novos** postos de trabalho por tempo indeterminado e 14 por tempo determinado, que correspondem a:-----

-----a) 1 Posto de trabalho cujo procedimento concursal está a decorrer;-----

-----b) 3 Postos de trabalho para eventual consolidação de mobilidade intercarreiras;-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----c) 3 Postos para eventual preenchimento de posto de trabalho por tempo indeterminado, cujo posto de trabalho está preenchido por tempo determinado;-----

-----d) 6 Postos de trabalho para eventual preenchimento de pessoal para educação em função de necessidades que ocorram;-----

-----e) 3 Postos de trabalho por tempo determinado para serviços diversos, especialmente na área de limpeza de instalações;-----

-----f) 6 Postos de trabalhos para vários serviços para novas funções que surgiram ou por necessidades verificadas nas unidades orgânicas respetivas;-----

-----Dando cumprimento ao preceituado no artigo 3.º e 4.º do Decreto-Lei 93/2021, de 09 de novembro, que "procede à fixação de um suplemento remuneratório com fundamento no exercício de funções em condições de penosidade e insalubridade" proponho, nos termos da competência prevista no n.º 2 do artigo 3.º do supra aludido Decreto-lei, a aprovação da atribuição do Suplemento de Penosidade e Insalubridade (SPI) aos trabalhadores do Município de Porto de Mós, para o ano de 2022 integrados na carreira geral de assistente operacional ou que exerçam funções por referência ao conteúdo funcional daquela carreira, independentemente da modalidade de vínculo, cuja caracterização implica o exercício efetivo de funções em condições de penosidade e insalubridade.-----

-----1.º) No que respeita às seguintes áreas:-----

-----a) Tratamento de efluentes urbanos;-----

-----b) Saneamento;-----

-----c) Serviço de cemitérios.-----

-----2.º) Que, tendo em conta o Mapa de Pessoal que em proposto a caracterização do nível de insalubridade e penosidade dos postos de trabalho integrados na carreira geral de assistente operacional, elegíveis para este efeito, tenham direito ao SPI os trabalhadores municipais no exercício das seguintes funções:-----

----- (i) Canalizadores;-----

----- (ii) Cantoneiros de vias (desde que a exercer funções referidas nas alíneas a) b) e c) do n.º precedente);-----

----- (iii) Operacionais afetos ao serviço de cemitérios;-----

----- (iv) Operacionais afetos ao Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia (CRO);
----- e,-----

----- (v) Condutores de máquinas pesadas e veículos especiais, quando em operação de redes de saneamento.-----

-----3.º) Que seja aprovada a qualificação do nível de insalubridade ou penosidade nos seguintes termos:-----

----- a) Canalizadores: Nível médio de insalubridade ou penosidade;-----

----- b) Cantoneiros de vias: Nível médio de insalubridade ou penosidade;-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----c) Operacionais afetos Serviço de cemitérios: Nível alto de insalubridade ou penosidade;-----

-----d) Operacionais afetos ao Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia (CRO): Nível alto de insalubridade ou penosidade;-----

-----e) Condutores de máquinas pesadas e veículos especiais, quando em operação quando em operação de redes de saneamento: Nível médio de insalubridade ou penosidade;-----

-----Em termos financeiros os custos estimados com o pagamento deste suplemento estima-se em 13.350,00 €, conforme consta em rubrica própria no orçamento da despesa para o exercício.-----

-----Em face do atrás aludido e, nos termos da legislação supra referenciada, proponho a aprovação da presente proposta, para que possa ser submetida à votação da Assembleia Municipal, nos termos das competências daquele órgão do Município."-----

-----**Rita Alexandra Sacramento Rosa Cerejo (PS):**-----

-----Começou por dizer ao senhor Presidente da Câmara que o Mapa de Pessoal com todas as situações que nele estão propostas, será aprovado pela bancada do Partido Socialista. Apenas queria, compreender aqui algumas situações, disse. No que se refere à questão da contratação de um arquiteto disse já ter percebido, mas os outros sete lugares para contrato de trabalho por tempo indeterminado, perguntou se são concursos externos, regularizações de situações precárias de atuais colaboradores, apenas para tentar perceber de que forma é que vai ser feito o provimento destas vagas. Quanto à questão da vaga prevista para assistente técnico, por contrato por tempo determinado, para o Gabinete de Apoio ao Presidente, para que funções será, uma vez que, do conhecimento que tem, já existe um gabinete perfeitamente composto.-----

-----Usando da palavra, o senhor Presidente da Câmara respondeu à anterior interveniente começando por dizer que foi decidido contratar, com um contrato a prazo, porque não irá ser necessário por mais tempo, salientando que o Gabinete de Apoio à Presidência só tem um Chefe de Gabinete, não tendo mais ninguém, ao contrário do que era usual. A contratação diz respeito a um projeto que existe, o projeto *marketplace*, e que carece de um apoio durante esta fase de arranque, porque é o compromisso que tem com a entidade que é sua parceira. Disse pensar que os próximos meses serão suficientes para que se possa dar resposta a este projeto, que passará depois a andar em conjunto com essa empresa. Quanto aos restantes contratos para tempo indeterminado, disse que se tratam de regularizações para quem está em fim de contrato, abrindo estes lugares e fechando os lugares por tempo determinado.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos – **Mapa de Pessoal para o Ano de 2022** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**6. Pedido de autorização contratos interadministrativos para freguesias do concelho –**

Proposta:-----

-----Usando da palavra, o senhor Presidente da Câmara disse que traz aqui de novo os contratos interadministrativos com as freguesias, num valor idêntico ao do ano passado, duzentos e setenta e cinco mil euros, conforme proposta que foi aprovada em reunião de Câmara de 02.12.2022, e que a seguir se transcreve. Acrescentou ainda que se trata do valor possível para este ano, prometendo que no próximo ano se fará um reforço a este valor atendendo às ansiedades dos senhores Presidentes de Junta, referindo ainda que a partir do dia 2 de Janeiro os senhores Presidentes de Junta podem começar a fazer despesa com investimentos nas suas freguesias.-----

-----"Considerando que a delegação de competências é um instrumento de gestão autárquica, consagrado na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico da delegação de competências dos órgãos do Município nos órgãos das Freguesias, a qual se concretiza através de contratos Interadministrativos, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 120.º da mencionada lei, podendo os mesmos efetuar-se em todos os domínios dos interesses próprios das populações das freguesias, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;-----

-----Considerando que os contratos Interadministrativos visam regular as relações jurídicas de coordenação e colaboração entre pessoas coletivas públicas, que permitam conferir à Administração Pública local uma maior flexibilidade e capacidade de adaptação em face de novos desafios e de novas exigências;-----

-----Considerando que a negociação, celebração, execução e cessação destes contratos obedece aos princípios da igualdade; da não discriminação; da estabilidade; da prossecução do interesse público; da continuidade da prestação do serviço público; e da necessidade e suficiência dos recursos;-----

-----Considerando que a par das regras estabelecidas pelo regime jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os contratos Interadministrativos de delegação de competências estão ainda sujeitos, a título subsidiário, ao Código dos Contratos Públicos e ao Código do Procedimento Administrativo;-----

-----Considerando ainda que:-----

-----Uma administração local moderna assenta a sua ação numa efetiva articulação entre todos os órgãos das autarquias locais, em respeito pela autonomia de cada um, mas colaborando ativamente entre si no sentido da melhoria dos serviços prestados às populações;-----

-----Num contexto de escassez de recursos, importa rentabilizar os meios disponíveis, num quadro de corresponsabilização, cooperação, solidariedade, mas sobretudo tendo em atenção a necessidade de encontrar respostas eficazes para os problemas e dificuldades com que todos os

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dias as autarquias locais são confrontadas;-----
-----As atribuições dos municípios podem ser prosseguidas pelas freguesias desde que os órgãos municipais deleguem competências nos seus órgãos em domínios dos interesses próprios das populações destas, nomeadamente no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais, nos termos dos artigos 117.º, n.º 2 e 131.º;-----
-----A celebração do presente Contrato é uma medida descentralizadora que contribui para a consolidação da democracia participada e beneficia as populações, aproximando as decisões dos cidadãos, promovendo a coesão territorial e reforçando a solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados e a racionalização dos recursos disponíveis;-----
-----Já ficou demonstrado em mandatos anteriores, que a delegação de competências não configura qualquer aumento da despesa pública global, aumentando sim a eficiência e a eficácia da gestão dos recursos;-----
-----Num contexto de escassez de recursos, é importante rentabilizar os meios disponíveis, num pressuposto de cooperação, solidariedade, co-responsabilização, mas sobretudo tendo em atenção a necessidade de encontrar respostas eficazes para os problemas e dificuldades com que todos os dias as autarquias locais são confrontadas;-----
-----A delegação de competências deve ser acompanhada da transferência dos meios necessários ao seu adequado exercício;-----
-----Propõe-se assim, ao abrigo da legislação acima referida, a aprovação da Minuta dos Contratos Interadministrativos com as freguesias para o ano 2022."-----

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----
-----Depois de cumprimentar todos os presentes, disse que "em relação a este ponto dos contratos interadministrativos, de quatro em quatro anos, existe este procedimento, de acordo com a lei, e vincula o acordo estabelecido para o mandato, entre o município e as freguesias sobre a delegação de competências e os serviços a prestar pela freguesia. Apraz-me registar a forma como estes contratos têm sido negociados entre os municípios e as freguesias nos últimos anos. Para as freguesias, que representam os seus fregueses de uma forma digna, pela sua proximidade e conhecendo o real alvo das suas necessidades, é de extrema importância estes protocolos de delegação de competências desde que sejam munidos dos respetivos meios financeiros, e isso parece-me que tem acontecido, inclusivamente tem sido reforçado e como o senhor Presidente referiu, em princípio, poderão vir a ser melhorados, como já aconteceu no mandato anterior, estes valores foram reforçados significativamente e previamente negociados com todas as Juntas de Freguesia, de acordo com os critérios previamente definidos. Ao contrário do passado, julgo haver um maior rigor, obedecendo aos princípios de igualdade, sem discriminação, sejam estas de qualquer força política. Também uma boa solidariedade, entre todas as Juntas de Freguesia permitindo uma boa negociação destas, entre todas para facilitar a aprovação destes protocolos.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Isso merece-me uma análise positiva e peço a sua aprovação sem qualquer obstáculo. Obrigado."

-----Agradecendo as palavras do deputado **Gabriel Vala**, reiterou aquilo que disse inicialmente. Os senhores Presidentes de Junta têm razão quando dizem que o valor, em comparação com o início do mandato é substancialmente menor, pois existem aumentos em obras, no seu global, entre 20%/30%, e portanto compreende-se que consigam fazer essa percentagem de obras a menos, o que é, na perspetiva de quem as realiza, importante que seja revisto esse valor, comprometendo-se em fazê-lo no próximo ano. Os critérios utilizados, têm aqui um princípio de coesão que importa realçar, das Juntas de Freguesia de Serro Ventoso e da União de Freguesias de Arrimal e Mendiga, que têm os seus orçamentos acima da média dos restantes e que aceitaram voluntariamente, tendo sido feito um acordo, no sentido de eles terem uma minoração de 30%. São estas as duas Juntas de Freguesia que recebem menos em função da população e em função do território, revertendo o diferencial para as freguesias que têm orçamentos mais baixos.----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos – **6. Pedido de autorização contratos interadministrativos para freguesias do concelho – Proposta** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**7. Compromissos plurianuais, nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a apresentar a informação que foi presente a reunião de Câmara de 07.12.2021 e da qual foi deliberado dar conhecimento a esta Assembleia Municipal:-----

-----“Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos.-----

-----A Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, alterada e republicação pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, que aprova a regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, dispõe na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º que a assunção de compromissos plurianuais independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que concerne às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.-----

-----Deste modo, e por razões de simplificação e celeridade processuais, foi solicitado à Assembleia Municipal que deliberasse no sentido de emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos casos em que os encargos resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano e também em casos cujos encargos não excedam o limite de 99.759,58€ em cada um dos anos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.-----

-----A Assembleia Municipal aprovou na sua reunião ordinária realizada a 06-12-2019, conceder autorização prévia à Câmara Municipal, no âmbito da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro – Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso e nas situações prevista no parágrafo anterior.-----

-----Na sequência da aprovação da autorização prévia, e por razões de simplificação e celeridade processuais a Câmara Municipal na reunião realizada a 16 de janeiro de 2020 autorizou delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/12, de 21 de Fevereiro, na sua redação atual, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.--

-----Face ao exposto, e dando cumprimento ao artigo 22.º e Anexo I das Medidas de Execução do Orçamento da Câmara Municipal de Porto de Mós para o ano 2021, remete-se abaixo um quadro onde constam os compromissos assumidos ao abrigo da mesma desde 16-08-2021 a 30-11-2021.-----

Data	Designação	Montante		
		2021	Anos Seguintes	Total
16-08-2021	Necessidade de garantir o transporte escolar de alunos para o JI e EB1 de Arrimal, em táxi - Ano Letivo 2021/2022 - Sónia Cat. Zoanaz Paulo	4.409,60€	7.869,44€	12.279,04€
18-08-2021	Serviços Petcare de gestão de centros veterinários - Changetoworrow, Lda.	1.476,00€	2.952,00€	4.428,00€
24-08-2021	Contratação de Pessoal especializado para a FABLAB- Inês Luís Moreira Santos	7.380,00€	14.760,00€	22.140,00€
15-09-2021	Serviços - Transportes Escolares- RDO Lda.	626,70€	940,05€	1.566,75€
17-09-2021	Fornecimento de alimentos para a Cantina do Alqueidão da Serra - Recheio Cash & Carry SA	678,00€	2.397,00€	3.075,00€
24-09-2021	Prestação de serviços em Regime de Avença - Técnico de Natação 2021/2022 _ Oleg Khrobatyn	2.398,50€	3.739,20€	6.137,70€
24-09-2021	Prestação de serviços em Regime de Avença - Técnico de Natação 2021/2022 _Jorge Ma. Pereira Pascoal	2.398,50€	3.739,20€	6.137,70€
24-09-2021	Prestação de serviços em Regime de Avença - Técnico de Natação 2021/2022 _ Marcelo Mateus Louro	2.398,50€	3.739,20€	6.137,70€
24-09-2021	Prestação de serviços em Regime de Avença -	1.476,00€	2.558,40€	4.034,40€

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

	Técnico de Natação 2021/2022 _ Helder José Delgado			
24-09-2021	Prestação de serviços em Regime de Avença - Técnico de Natação 2021/2022 _ Ana Rita F. Gonçalves	1.476,00€	2.558,40€	4.034,40€
24-09-2021	Prestação de serviços em Regime de Avença - Técnico de Natação 2021/2022 _ Rui Miguel Carr. Almeida	922,50€	1.599,00€	3.480,90€
24-09-2021	Prestação de serviços em Regime de Avença - Técnico de Natação 2021/2022 _ Maria João Cordeiro Santana	1.771,20€	3.542,40€	5.313,60€
24-09-2021	Prestação de serviços em Regime de Avença - Técnico Natação 2021/2022 _Dulce Margarida J. Guerra	1.800,00€	3.120,00€	4.920,00€
24-09-2021	Prestação de serviços em Regime de Avença - Técnico de Natação 2021/2022 _ Nuno Ricardo Zabumba	1.992,60€	3.453,84€	5.446,44€
05-11-2021	Fornecimento Contínuo de Gasóleo de Aquecimento para os Estabelecimentos de Ensino - 2021-2022- Lubrifuel Lda	6.211,15€	11.229,90€	17.441,05€
16-11-2021	Fornecimento Contínuo de papel higiénico, lenços de Papel, Guardanapos e Toalhas de mesa- Servisan, S.A.	165,19€	8.198,24€	8.363,43€

-----**8. Pedido de autorização de contrato interadministrativo com a Freguesia do Juncal para gestão e manutenção do Pavilhão Gimnodesportivo:**-----

-----O senhor Presidente no uso da palavra disse que se trata de um contrato de gestão do pavilhão do Juncal, conforme informação que foi aprovada em reunião de Câmara de 07.12.2021, e que a seguir se transcreve, sendo uma situação que também se está a ultimar para a freguesia de mira de Aire. A Câmara Municipal assume os investimentos de maior dimensão, como aconteceu nos últimos quatros anos, em que houve a substituição do piso e da iluminação, assumindo a Junta de Freguesia a limpeza e higienização, a manutenção e a porta aberta para servir a comunidade, sempre que necessário.-----

-----“Considerando que:-----

-----Se encontra em vigor a Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico;-----

-----Decorre do regime jurídico contido no mencionado diploma que a delegação de competências se concretiza através da celebração de contratos Interadministrativos, entre os municípios e as freguesias, podendo os mesmos efetuar-se em todos os domínios dos interesses próprios das populações das freguesias, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;-----

-----Os contratos Interadministrativos visam regular as relações jurídicas de coordenação e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

colaboração entre pessoas coletivas públicas, que permitam conferir à Administração Pública local uma maior flexibilidade e capacidade de adaptação em face de novos desafios e de novas exigências;-----

-----É convicção deste Município que a Freguesia de Juncal, garante uma melhoria na qualidade dos serviços prestados à população, através de uma utilização racional dos recursos que para tanto lhes são disponibilizados;-----

-----A avaliação da execução do protocolo de delegação de competências celebrado com a Junta de Freguesia de Juncal em anos anteriores se revelou francamente positiva;-----

-----A negociação, celebração, execução e cessação destes contratos obedece aos princípios da igualdade; da não discriminação; da estabilidade; da prossecução do interesse público; da continuidade da prestação do serviço público; e da necessidade e suficiência dos recursos, nos termos da Lei 75/2013 de 12 de Setembro;-----

-----Os contratos Interadministrativos de delegação de competências estão ainda sujeitos, a título subsidiário, ao Código dos Contratos Públicos e ao Código do Procedimento Administrativo; ---

-----No atual contexto de escassez de recursos, é importante rentabilizar os meios disponíveis, num pressuposto de cooperação, solidariedade, co-responsabilização, mas sobretudo tendo em atenção a necessidade de encontrar respostas eficazes para os problemas e dificuldades com que todos os dias as autarquias locais são confrontadas;-----

-----As atribuições dos municípios podem ser prosseguidas pelas freguesias desde que os órgãos municipais deleguem competências nos seus órgãos em domínios dos interesses próprios das populações destas, nomeadamente no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais, nos termos dos artigos 117.º, n.º 2 e 131.º, do referido regime jurídico. -----

-----Tendo em conta o atrás referido, **propõe-se**, nos termos da qual em obediência ao previsto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, que o órgão executivo delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal o contrato Interadministrativo para gestão e manutenção do Pavilhão Gimnodesportivo do Juncal." -----

-----**Luís Manuel Coelho Almeida (PSD):**-----

-----Usando da palavra, disse que concorda plenamente que seja a Junta de Freguesia a substituir-se à Câmara Municipal e a poder explorar da melhor forma, o pavilhão. A Junta de Freguesia pela sua proximidade com a população, tem um melhor conhecimento das suas necessidades e ansiedades a nível desportivo, podendo também ser porta-voz junto dos grupos desportivos da freguesia de forma a potenciar a utilização daquele pavilhão. Quanto ao valor que foi estipulado, disse que já é realizado, tendo por base o registo histórico da contabilidade analítica da Câmara Municipal e da própria Junta de Freguesia.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Câmara usou da palavra apenas para confirmar as palavras de **Luís Almeida**, dizendo que apesar de não o ter referido, na parte financeira o valor foi efetivamente apurado dessa forma, tendo sido esse o valor que foi acordado.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o ponto 8 da Ordem de Trabalhos - **Pedido de autorização de contrato interadministrativo com a Freguesia do Juncal para gestão e manutenção do Pavilhão Gimnodesportivo** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**9. Pedido de enquadramento no contrato Interadministrativo - Freguesia de Alqueidão da Serra – Proposta:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a referir que já veio a esta Assembleia uma situação idêntica que se passou na freguesia de Pedreiras, e que por erro da Câmara o contrato interadministrativo só veio à Assembleia Municipal de 30 de abril e ele referiu que esse contrato teria efeito a partir do início do ano. O que aconteceu, foi que os contratos entraram em vigor a partir do dia útil seguinte, e o que se está a propôr para aprovação desta Assembleia é a informação que foi presente a reunião de Câmara de 07.12.2021, e que foi aprovada por unanimidade.-----

-----“O Contrato supra referenciado entrou em vigor no dia 1 de maio de 2021, após aprovação pelo Órgão Deliberativo de 30 de abril.-----

-----Considerando que a Freguesia de Alqueidão da Serra, não consegue em tempo útil efetuar mais obras de igual valor;-----

-----Considerando que esta proposta não altera os valores globais anualmente previstos para os investimentos na Freguesia de Alqueidão da Serra.-----

-----Tendo em conta o atrás referido, **propõe-se**, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º conjugado com o artigo 131.º e ainda a m) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação submeter à Assembleia Municipal a aprovação de um Contrato Interadministrativo específico para as obras efetuadas na localidade de Casais do Vales, Covas Altas, na Rua Adeferreiro, bem como para mobiliário urbano, no valor de 10.838,00€, nos termos da competência deste órgão que emanam da f) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei.”--

-----**Filipe da Conceição Batista (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra - JFAS):**-----

-----Usando da palavra disse que o senhor Presidente da Câmara esclareceu, dizendo ainda que queria agradecer em nome da freguesia e do executivo e que não se trata de estar a dar mais dinheiro à sua Freguesia pois o valor é o mesmo. Continuou dizendo que havia algumas faturas que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

remontavam ao início do ano, mas como o contrato só entrou em vigor em Maio do mesmo, esses valores não estavam a coberto desse contrato. E é isso que se está aqui a corrigir.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o ponto 9 da Ordem de Trabalhos - **Pedido de enquadramento no contrato Interadministrativo - Freguesia de Alqueidão da Serra – Proposta** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**10. Proposta final de ARU+ORU de Mira de Aire e relatório de ponderação da discussão pública:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a apresentar a proposta que a seguir se transcreve e que foi presente e aprovada em reunião de Câmara de 07.12.2021 e para a qual se pede a aprovação por esta Assembleia Municipal:-----

-----“No âmbito da implementação da estratégia de reabilitação urbana para a vila de Mira de Aire, recorrendo à delimitação de uma ARU e sua operacionalização através de instrumento próprio - Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU), findo que é o período de Discussão Pública e concluída a ponderação das participações recebidas, apresenta-se à apreciação do executivo municipal o Relatório de Ponderação da Discussão Pública e a Proposta Final de delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Mira de Aire e respetivo PERU.-----

-----Nesta conformidade, submetem-se à deliberação do órgão executivo municipal os seguintes pontos:-----

-----1. Aprovação do Relatório de Ponderação da Discussão Pública;-----

-----2. Publicitação (meios e datas) dos resultados da Discussão Pública;-----

-----3. Resposta aos participantes na Discussão Pública, nomeadamente, meios e datas;-----

-----4. Submissão da Proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Mira de Aire e respetivo PERU, para análise e aprovação, à Assembleia Municipal.-----

-----Os documentos atrás referidos, seguem em anexo a esta informação.-----

-----À consideração superior.-----

-----Anexos: Programa Estratégico de Reabilitação Urbana de Mira de Aire; o Relatório de Ponderação da Discussão Pública (ARU+ORU).”-----

-----Continuou dizendo que, um plano estratégico de reabilitação urbana para Mira de Aire, a quinze anos, é fundamental, porque foi lançado como uma ORU sistemática, porque uma ORU simples tem só um pensamento sobre a reabilitação do edificado. Foi portanto lançada uma ORU sistemática, como o foi em Porto de Mós e como o será no Juncal, para requalificar também as infraestruturas, equipamentos e espaços verdes urbanos e também todos os equipamentos de utilização coletiva. Isto exige da parte do município um programa de investimento público e um

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

programa estratégico de reabilitação. É isso que está neste documento, amplamente discutido, tendo sido feitas duas sessões abertas à população, enquadrando aqui uma ampla maioria das propostas da população de Mira de Aire, das suas preocupações, tendo merecido algumas delas, de imediato, resposta por parte do executivo, nomeadamente a criação de bolsas de estacionamento ao longo da Estrada 243, mas também a reabilitação do Mercado Municipal e a criação de parques de estacionamento. Depois de publicada a Aru de Mira de Aire, a população passará a ter um conjunto de benefícios, nomeadamente a redução do IVA para reabilitação, passando a pagar IVA a 6%, no caso de fazer obras de reabilitação, mas também o compromisso do Município de pagar seis euros por metro quadrado de fachada, prevendo ainda a lei, a isenção de IML. Em simultâneo, para quem reabilita há um conjunto de penalizações se não reabilitar, nomeadamente de 20% para edifícios devolutos e 30% para edifícios em ruínas. A Câmara acha que Mira de Aire também precisa de estímulos ao investimento privado, não podendo ser apenas investimento público, e esse investimento já se nota. Já temos um conjunto de casas que foram adquiridas para reabilitação, outras que eram de famílias já de terceira geração, cujos projetos irão entrar na Câmara. O que é preciso para Mira de Aire, é, não apenas, casas reabilitadas, mas que estejam disponíveis para que se possam atrair jovens que possam dar outra dinâmica e inverter esta tendência de perda de população, como se verificou com os últimos censos, principalmente na primeira metade deste espaço temporal. O futuro de Mira de Aire passa muito por se conseguir implementar esta estratégia, por conseguir captar os jovens talentos que saíram, esperando que regressem, para se poder trazer para Mira de Aire, tendo em conta a proximidade do nó da A1, em Torres Novas, nómadas digitais que gostem de viver num território como este, em pleno Parque Natural.-----

-----**Alcides Manuel Lopes de Oliveira (Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire – PSD):**-----

-----Dirigindo-se primeiramente à senhora Presidente da Assembleia, disse ser com agrado que a vê nesta sala, cumprimentando depois todos os presentes. Seguidamente começou por dizer que esta situação da ARU de Mira de Aire, veio dar seguimento à preocupação que o executivo da Junta de Freguesia teve, perante a Câmara Municipal durante o último mandato, no sentido de se tentar arranjar uma solução, especialmente para as casas que ladeiam a Estrada Nacional 243. De facto, quem transita naquela artéria, facilmente notará que, especialmente, do meio da vila para o lado de Minde, existem inúmeras casas, algumas em ruínas e outras devolutas, a necessitarem de intervenção urgente. Como o senhor Presidente da Câmara disse, é evidente que há herdeiros de terceira geração, que já não estão interessados em ali fazer qualquer obra, e outros também, que têm algumas dificuldades económicas e face a isso, é sempre de bom grado verem que têm algumas facilidades ou algum incentivo, para que ali possam fazer alguma regeneração e alguma reabilitação. Disse ainda que, é óbvio que este documento que vem aqui hoje, poderia ter

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

eventualmente ter uma minoração maior, com uns valores mais atrativos, para que os proprietários tivessem um menor investimento, mas, ainda assim, disse que acha que se conseguiu aqui encontrar uma solução que permitirá aos proprietários daquelas habitações fazer as obras que se impõem. É uma necessidade imperiosa que se põe a Mira de Aire, porque se se for ver a área de abrangência deste projeto, ele engloba a maioria do tecido edificado de Mira de Aire e logicamente não se restringe à Estrada Nacional 243. Daí, é óbvio que este projeto vai ser publicitado nos canais oficiais, quer da Câmara Municipal quer da Junta de Freguesia, no sentido de que as pessoas adiram em força, porque é um passo que convém ser dado, para que os próprios proprietários não sejam penalizados. Disse pensar que, para bem de Mira de Aire, mais situações destas e mais projetos deste tipo, que alavanquem coisas que menos bem se passam na freguesia, são muito bem-vindos, e para esse efeito, a Junta de Freguesia, contará com certeza, com a colaboração e a preocupação deste executivo.-----

-----**Pedro Lavado Gomes Vieira (PS):**-----

-----Usando da palavra começou por congratular-se por a senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal se encontrar plenamente restabelecida, cumprimentando de seguida, todos os presentes. Disse depois que, antes de mais, “desejo a todos um Feliz Natal, e que 2022 seja um ano em que se possa voltar à normalidade e que seja um ano de realizações a todos os níveis, e aproveito para desafiar todos os membros eleitos, para que 2022 seja o início de intervenções mais concisas, mais sintéticas e sem floreios políticos, demorados, repetitivos e enfadonhos, como é hábito. Como mirenses, e em relação ao ponto em assunto, destaco com felicidade que, finalmente podemos ver o Regulamento da ARU, pese embora venha com significativo atraso. Publicitado vezes sem conta pelo anterior executivo aos sete ventos, e com pompa e circunstância, mas só agora se torna efetivo, quando o contrato com a empresa RR Planning previa a sua execução até finais de 2018, e relembro que era um ano pré Covid. Este atraso privou os mirenses de melhorar as suas casas, não permitiu a alavancagem da promoção imobiliária que poderia ter dado a Mira de Aire uma outra imagem, um incentivo, uma melhoria de que necessita urgentemente. Aproveito para questionar o porquê desta morosidade. Congratulo a inclusão neste regulamento, do benefício direto dos seis euros por metro quadrado de fachada, à imagem do que existia no ARU de Porto de Mós, em virtude dos esforços dos vereadores do Partido Socialista em sede de reunião de Câmara e dos municípios no período de discussão pública. Além de procurar saber o porquê da morosidade, tenho outras questões para o executivo, como por exemplo, o facto de edifícios degradados ou mais antigos se encontrarem excluídos geograficamente da área delineada, como por exemplo, a Fábrica dos Moinhos Velhos e aquela zona envolvente, a zona do estádio e pavilhão, a zona das Grutas de Mira de Aire, grande parte da zona das Grutas de Mira de Aire habitacional, a zona da captação de água do Olho, zonas com edificado típico e significativamente antigos, bem mais de 30 anos, como é exigido. Termina, desafiando o executivo,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

na pessoa do Excelentíssimo Presidente, para estender o ARU a todo o concelho. Boa noite e obrigado."-----

-----**Ana Cristina dos Santos Vilaverde Carneiro (PSD):**-----

-----Cumprimentando os presentes na pessoa da senhora Presidente da Assembleia Municipal, congratulou-se pela boa recuperação da mesma. Começou por dizer que "o projeto ARU é para Mira de Aire, eu não diria uma festa, mas é quase, porque esperávamos há muito, muito tempo por este projeto. E precisávamos há muito, muito tempo, deste projeto. É obvio que tendo havido alguns percalços de tempo, como já aqui foi referido, não podemos deixar que isso tolde a nossa avaliação e perceber que este projeto tem mesmo que avançar. É o acreditar em Mira de Aire. É o acreditar que nós podemos seguir em frente. Foi um projeto, como já foi aqui referido pelo senhor Presidente, amplamente discutido, duas sessões em Mira de Aire, com bastante participação, o que é sintomático, daquilo que os mirenses querem, e daquilo que os mirenses precisam. E portanto essa participação é sintomática disso, e também das sugestões que foram conferidas, que foram dadas em sede de inquéritos, nos finais das sessões, e que foram recolhidas e apreciadas pelo executivo. As orientações estratégicas são fundamentais para Mira de Aire, ou seja, reabilitar o edificado é profundamente necessário tanto na Nacional, como no envolvente. Há muitas ruas que necessitam reabilitar, mas estas orientações estratégicas não visam só o edificado, visam também o turismo, visam também a mobilidade, visam a qualificação do espaço público e uma coisa que foi muito, muito, quase cem por cento aqui no relatório, foi a refuncionalização e dinamização dos equipamentos e do património edificado. Isto é muito importante para os mirenses, e é muito importante aquilo que já foi aqui dito, que é o espaço co working, que está previsto que seja a requalificação de uma empresa de Mira de Aire e que está em negociação e portanto, isso é também importante. Todas estas requalificações, não só do edificado, da mobilização das pessoas em termos de particulares, mas depois o facto de o executivo ter também aqui, uma responsabilidade que assume aqui neste documento, é também importante. A revitalização funcional e económica é muito importante para captação de pessoas, para captação de gente, e que já acontece, e que nós verificamos no nosso quotidiano, encontrar pessoas que gostam do espaço. A natureza é um grande atrativo, e também, aqui há um grande investimento do executivo neste sentido, a captação das pessoas. É absolutamente imprescindível. Dizer aqui, porque também houve aqui uma participação, nomeadamente do senhor vereador Rui Marto, houve apenas duas situações em que houve intervenção, uma foi uma questão meramente técnica relativamente à descrição, e depois houve então aqui várias intervenções e várias sugestões do senhor Vereador Rui Marto. Ele referia, e isto, era há quinze anos, pois naturalmente, Mira de Aire está estagnada há tantos anos que vai demorar alguns bons anos também a restabelece-la e a torná-la grande como diz o seu hino. Portanto é passo a passo, e penso que a inercia é pior que a ambição, que já aqui foi tão falada, e que o arrojo, talvez considerem este

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

documento arrojado, ambicioso e até pouco exequível, daquilo que podemos avaliar das fichas de ponderação, mas no então, mantenho que se nada se fizer, Mira de Aire vai morrer. Não pode morrer, e ainda não morreu porque tem pessoas que dinamizam, que se orgulham e que continuam a orgulhar-se do que é Mira de Aire, apesar de a vermos a definhar completamente. Agora já temos algumas manifestações que têm cabimento aqui neste documento, nomeadamente a reabilitação do mercado, que é uma situação que tem aqui cabimento e que já está em curso. Também aqui as bolsas que já foram referidas. Muitas vezes é controversa a questão das demolições. Às vezes temos de dar um passo atrás para dar dois ou três à frente, e como os escuteiros dizem, "para trás, só para tomar balanço" e temos de tomar balanço para avançar, e portanto é importante fazermos algumas escolhas e estas bolsas de estacionamento são muito importantes também, para não continuarmos moribundos. Votar contra um projeto destes, é votar contra o desenvolvimento de Mira de Aire, é votar contra a estratégia positiva que deve envolver. Vamos continuar a dinamizar Mira de Aire, vamos continuar a orgulhar-nos de Mira de Aire, vamos continuar a ter pessoas empreendedoras, criativas, talentosas, que ainda assim já fazem tanto por Mira de Aire, quanto mais com um esforço do executivo, que nos vai apoiar e nos vai poder levar para a frente, tanto no edificado, como no turismo, como numa serie de circunstancias que nós em conjunto, temos agora sim um projeto coeso, que podemos interligar e tentar avançar. Precisávamos de alguém que acreditasse. E este executivo acreditou e acredita, e apresenta-nos aqui uma solução que foi aceite e que podemos verificar no seu final, que foi muito, muito importante, numa escala em que, muito importante é o máximo. Portanto, é importante mesmo nós considerarmos que as pessoas estão felizes, estão contentes. Vou terminar com duas frases que encontrei aqui no final, em que na primeira sessão é dito aqui em jeito de conclusão, dizendo alguém, "os problemas desta vila derivam do seu povo e dos seus dirigentes. Tem de haver mais dinâmica e arrojo, da Câmara e da Junta de Freguesia." E finalmente uma outra, que acho também muito importante, e é importante que não a esqueçamos, que diz, "o compromisso e consenso alargado entre todos os partidos, com representação no Executivo e Assembleia Municipal para que este futuro não seja relegado para segundo plano, ou mesmo, impedido da sua concretização." Por isso não há como não aprovar uma proposta destas, para o bem de Mira de Aire, da nossa freguesia, para que ela continue grande. Muito obrigada."-----

-----Seguidamente, usou da palavra o senhor Presidente da Câmara respondendo aos anteriores intervenientes, dizendo que sobre morosidade "nós estamos cá há quatro anos, e o atraso, já tem pelo menos vinte, e que eu saiba, nunca ninguém se lembrou, que se podia fazer uma ARU em Mira de Aire, e ela não foi feita. Isto é que prejudicou os mirenses, verdadeiramente, não foi ter atrasado um ano ou um ano e tal ao que estava inicialmente estabelecido." Continuou dizendo que se achava que o contrato inicial podia andar mais depressa, mas não andou. Mas está cá, com compromissos assumidos e a parte da Câmara, naquilo que diz respeito ao investimento,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

está a ser feito, disse. Este investimento está a estimular privados para que também invistam. Disse ainda que queria perguntar ao senhor deputado se alguma vez em Mira de Aire, houve vontade dos particulares de investirem ou vontade dos particulares de acharem que o seu património podia ser valorizado. Relembrou que a Câmara adquiriu casas a três mil euros cada uma e hoje, as casas ao lado valem um zero a mais, ou seja, trinta mil euros, e portanto, é porque este processo vale alguma coisa para a população de Mira de Aire. Sobre as questões colocadas, disse que assumiu em reunião de Câmara que os seis euros por metro quadrado foi um erro, já o tendo assumido publicamente e não vale a pena fazer aqui politiquice, principalmente porque apelou tanto a que esta Assembleia não viesse para aqui com discursos enfadonhos e politiquice, não faz qualquer tipo de sentido essa intervenção, até porque a Assembleia Municipal, sempre foi enfadonha para uns e sempre foi o espaço democrático para a grande maioria, e felizmente assim tem sido e continuará a ser. Sobre a questão do edificado, a zona das Grutas de facto ficou de fora, porque a zona das Grutas, não necessita de intervenção. Mas a Câmara cá estará para melhorar. O edifício do Olho, efetivamente ficou de fora, porque não fazia sentido já que se trata de um edifício público. Sobre os restantes comentários, disse que aconselha a ler o que é uma ARU.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o ponto 10 da Ordem de Trabalhos - **Proposta final de ARU+ORU de Mira de Aire e relatório de ponderação da discussão pública** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----11. Proposta final de Operação de Reabilitação Urbana para a ARU da vila de Porto de Mós e Relatório de Ponderação da Discussão Pública: -----

-----O senhor Presidente da Câmara começou por dizer que este é um projeto que não é idêntico ao anterior, porque antes de este executivo chegar à Câmara foi feita uma ARU para Porto de Mós. Depois essa ARU não teve desenvolvimentos, não teve a obrigatória ORU, a Operação de Reabilitação Urbana, que é obrigatório que seja lançada no prazo de três anos. Seguidamente o executivo apercebeu-se que a ARU de Porto de Mós tinha um objetivo inicial, que era insuficiente, face àquilo que é o todo do edificado de Porto de Mós, lembrando que o Cineteatro, a Escola Secundária e todo o edificado aí próximo, estava fora, salientando que está a referir edifícios públicos para contextualizar as localizações. Assim o que se decidiu, foi fazer uma alteração à ARU e avançar para a ORU. Foi lançado o Programa Estratégico de Reabilitação de Porto de Mós, que não existia. Caracterizou-se, diagnosticou-se, passando a ter um instrumento que irá sustentar o investimento público nos próximos dez anos, mais cinco, de renovação. Este projeto, tem sobretudo na sua base, reabilitação. Há muitos edifícios degradados, alguns também, edifícios públicos, mas também privados e depois de ser publicado este Plano Estratégico, os proprietários poderão recorrer daquilo que é a legislação e ir ao encontro dos apoios para fazerem a reabilitação. Portanto o que irá ser aqui aprovado é um documento idêntico ao de Mira de Aire, embora, este

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tenha fases diferentes. Seguidamente apresentou a proposta que foi presente e aprovada em reunião de Câmara de 02.12.2021 e que a seguir se transcreve:-----

-----"No âmbito da implementação da operação de reabilitação urbana para a ARU da vila de Porto de Mós, foi desenvolvido e submetido a Discussão Pública o respetivo Programa Estratégico de Reabilitação Urbana. Findo o período de participação e concluída a ponderação das reclamações/pedidos de esclarecimento recebidos, apresenta-se à apreciação do executivo municipal o Relatório de Ponderação da Discussão Pública e a Proposta Final de Operação de Reabilitação Urbana (através de PERU).-----

-----Nesta conformidade, submetem-se à deliberação do órgão executivo municipal os seguintes pontos:-----

- 1. Aprovação do Relatório de Ponderação da Discussão Pública;-----
- 2. Publicitação (meios e datas) dos resultados da Discussão Pública;-----
- 3. Resposta aos participantes na Discussão Pública, nomeadamente, meios e datas;-----
- 4. Submissão da proposta de Programa Estratégico de Reabilitação Urbana para a ARU da vila de Porto de Mós, para análise e aprovação, à Assembleia Municipal.-----

-----Os documentos atrás referidos, seguem em anexo a esta informação.-----

-----À consideração superior.-----

-----Anexos: Programa Estratégico de Reabilitação Urbana de Porto de Mós; Relatório de Ponderação da Discussão Pública."-----

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

-----Usando da palavra disse que sobre este assunto está praticamente tudo dito, tendo já o senhor Presidente já falado sobre esta situação de Porto de Mós, pelo que apenas queria tecer apenas alguns comentários. Em primeiro lugar, a ARU de Porto de Mós, nasceu em 2015, tendo depois sofrido as alterações referidas pelo senhor Presidente da Câmara, e já na altura era um defensor deste Plano, desta área de Reabilitação Urbana, principalmente da zona histórica, que foi onde ela incidiu inicialmente. Quando foi aprovada na Assembleia Municipal, disse recordar-se que ele foi um dos que reclamou no mesmo dia que era necessário um plano destes para Mira de Aire, sentindo, já nessa altura, que Mira de Aire era um caso tão ou mais urgente do que Porto de Mós. Referiu ainda que o processo em Mira de Aire foi mais rápido porque foi tudo ao mesmo tempo, e neste momento o que se está aqui a discutir para aprovar, é a ARU e a ORU e Programa Estratégico para Porto de Mós. Trata-se de uma "proposta elaborada e sustentada de acordo com a situação real da zona que envolve, neste caso a ARU de Porto de Mós. Parece-me que está bem elaborado pela equipa técnica que o desenvolveu, tem um levantamento real do edificado e do seu estado, seja publico ou privado, aborda toda a dinâmica socioeconómica de toda a zona da ARU, assim como a sua caracterização urbanística. Apresenta um modelo da ORU proposta para a zona, assim

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

como os seus modelos de gestão, quantifica a previsão temporal e as vantagens e os benefícios que isso trás para as pessoas, com os seus modelos de financiamento para as zonas em causa, parece-me ser um documento bem elaborado e um estudo que vai ao encontro da realidade urbanística que temos na vila de Porto de Mós, assim como Mira de Aire. Esteve em discussão pública, não careceu de grandes erros, no caso de Porto de Mós, e não careceu de grandes reparos, ou por falta de interesse das pessoas ou porque efetivamente, não tinham grandes objeções. Quero acreditar que esta foi a verdade. Porto de Mós, vila, e também outras zonas do concelho, como Mira de Aire, como já referi, onde se encontra em apreciação o mesmo modelo que foi analisado no ponto anterior, e possivelmente, outras irão surgir como o senhor Presidente já referiu. O Juncal precisa destes instrumentos legais para poderem impor e criar interesse, tanto a nível de investimento, como de reabilitação própria. Para isso, tem de haver mecanismos que viabilizem e despertem o interesse. Será este o modelo, certamente. Precisamos de progresso e dinamismo nas zonas históricas e nas áreas degradadas. Precisamos de revitalizar outras zonas. Precisamos de requalificar o património existente. Precisamos de habitação. A procura é muita. E isto é um património que está degradado, e temos que cuidar disso de uma forma diferente, tanto em Porto de Mós, como em Mira de Aire. A procura pela requalificação é bastante, assim haja mecanismos facilitadores para o efeito, e isto trás uma serie de vantagens para as pessoas, em termos fiscais, várias isenções, havendo aqui uma serie de benefícios em termos de financiamento, que as pessoas devem aproveitar tanto as pessoas que diretamente são detentores desse património, ou que se disponibilizem para alienar aos interessados investidores. A entidade gestora, o Município, deverá promover ações de sensibilização junto da comunidade, explicando as vantagens de recuperar este património, para que as pessoas percebam que isto é de extrema importância e que não percam benefícios que daí advêm. O Município deverá fazer o seu papel, porque também tem responsabilidades continuando a requalificar o património público, espaços, infraestruturas necessárias, e portanto a eles também lhes cabem promover e desenvolver algumas ações. É de extrema importância que se aposte na requalificação destas zonas."-----

-----O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que esta questão da ARU entronca, como o deputado Gabriel Vala acabou de dizer, num conjunto de projetos que a Câmara tem, uns em curso, outros concluídos, para reabilitação, e portanto, havendo a ARU, e havendo a possibilidade de recorrer a fundos através do PARU, que foi o que se fez com a Central Termoelétrica, temos em mente a reabilitação do Mercado Municipal, O Cineteatro, os Gorjões, que irá entrar em obras dentro de pouco tempo, bem como os Paços do Concelho, mas também a antiga cadeia, a Forca e o próprio pavilhão municipal. São intervenções necessárias e a maioria delas, não dependem exclusivamente desses fundos comunitários, porque são importantes e vitais. Lembrou depois que já foram reabilitados, estando na fase final, o Posto de Turismo, a Fonte do Castelo, a antiga cantina, que vai ser uma incubadora de empresas, as escadas de S. Miguel, a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Igreja de S. João, cuja reabilitação foi apoiada pela Câmara, o morro de Santo António e também o Castelo de Porto de Mós. Estas obras são importantes e no fundo, servem sobretudo para que o nosso património edificado não esteja degradado, mas também para estimular os privados a investirem aqui, quer na reabilitação quer na necessidade de habitação, no concelho de Porto de Mós e em particular na Vila.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o ponto 11 da Ordem de Trabalhos - **Proposta final de Operação de Reabilitação Urbana para a ARU da vila de Porto de Mós e Relatório de Ponderação da Discussão Pública** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**12. Parecer e Contributos da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria "Acordo de Parceria - Portugal 2030":** -----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a dar conhecimento à Assembleia Municipal do documento acima epigrafado e que foi oportunamente distribuído por todos os deputados municipais, disponibilizando-se para responder às questões que entendessem colocar-lhe.-----

-----Não havendo pedidos de intervenção passou-se ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.-----

-----**13. Regulamento do Conselho Municipal de Cultura de Porto de Mós – Proposta:** -----

-----O senhor Presidente da Câmara deu a palavra ao senhor Vereador com o Pelouro da Cultura, que passou a expor a proposta que foi presente e aprovada em reunião de Câmara de 07.12.2021, e que a seguir se transcreve: -----

----- **“Considerando que:** -----

-----A Câmara Municipal de Porto de Mós deliberou em sua reunião ordinária de 13 de maio de 2021, dar início ao procedimento para a elaboração do “Regulamento do Conselho Municipal de Cultura de Porto de Mós”;

-----A Câmara Municipal de Porto de Mós, em sua reunião ordinária de 16 de setembro de 2021, determinou a abertura de um período de discussão pública relativamente ao “Projeto de Regulamento do Conselho Municipal de Cultura de Porto de Mós”;

-----A discussão pública fixou-se em 30 dias úteis a contar da data da publicação do respetivo Edital no Diário da República, cujo período decorreu de 14 de outubro a 25 de novembro de 2021, conforme Edital n.º 1112/2021, de 13 de outubro;

-----No decorrer do prazo de discussão pública foi recebido um Parecer subscrito por um membro da Assembleia de Freguesia de Mira de Aire, o qual se anexa, cujas sugestões se entende que poderão ser consideradas, em parte.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Nessa conformidade, torna-se necessário alterar a redação do artigo 5.º relativamente à composição do CMCPM, com a inclusão de uma alínea que acolha os dois elementos de reconhecido mérito cultural a indicar anualmente pelos membros do CMCPM, conforme previsto na alínea d) do artigo 11.º do Regulamento em referência e conseqüentemente, alterar o n.º 1 do artigo 16.º relativamente à duração do respetivo mandato, dado que neste caso, o mesmo terá a duração de um ano.-----

-----Em face do que antecede, proponho que o projeto de regulamento seja submetido à próxima reunião do órgão executivo para posterior aprovação pela assembleia municipal, órgão que detém a competência para o efeito, nos termos e ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na atual redação, cuja redação com as respetivas alterações constam do documento em anexo."-----

-----Disse depois que, esta é a forma que se encontrou, de as associações poderem estar representadas e poderem dar a sua contribuição e dinâmica, numa perspetiva que não é só do município, mas que terá de ser sempre uma perspetiva do território e terá de ser inclusiva. Prosseguiu dizendo que, em sede de discussão pública, foi recebida uma contribuição da Iniciativa Liberal, que remetia para algumas situações que pensa que irão ser resolvidas com um regulamento interno de funcionamento da estrutura do Conselho Municipal de Cultura, fazendo alguns reparos em termos de representatividade, dizendo que não estaria representado o Ensino Superior, desconhecendo talvez que Porto de Mós tem a Universidade Aberta e que é uma instituição de Ensino Superior, e também que não havia representação do pré-escolar, sendo que o pré-escolar, é representado pelo Agrupamento de Escolas. Dentro das considerações que fizeram, disse que acharam pertinentes, nomeadamente na parte da composição deste Conselho, por dois membros de reconhecido mérito, que havia aqui uma lacuna, em termos do tempo de duração do mandato, bem como da forma como seria escolhido ou como seriam propostos, e isso foi acolhido no respetivo regulamento.-----

-----**João Guilherme Cerejo Santos Costa (PSD):**-----

-----Usando da palavra começou por cumprimentar todos os presentes, após o que se congratulou com a apresentação desta proposta de criação do Conselho Municipal da Cultura, que proporcionará uma maior dinamização da cultura no concelho de Porto de Mós, no sentido de melhorar a qualidade de vida, de se poder exportar a imagem que o concelho de Porto de Mós tem, não só dos seus espaços culturais que são sobejamente conhecidos, e que já dão grande nome ao concelho, como o Castelo e as Grutas de Mira de Aire e muitos outros. Fez ainda menção a uma das opções plasmadas nas Grandes Opções do Plano para este mandato e contemplada também em Orçamento Municipal, e que é a recuperação da Igreja do Arrimal, marco muito importante para a cultura edificada do concelho. Vai assim ser possível usar a cultura e incrementá-

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

la, como meio económico para as empresas, associações, nas várias áreas que a cultura pode oferecer. Prosseguiu dizendo que gostaria de aqui deixar duas sugestões, uma mais prática, considerando interessante trazer para aqui a cultura de outros sítios através da geminação com outros concelhos ou com cidades de outros países, coisa que o concelho de Porto de Mós ainda não tem, esperando não estar a cometer nenhuma gafe, pois tanto quanto se lembra, o concelho de Porto de Mós não tem geminações com mais nenhum território. Outra sugestão que deixaria à Câmara, enquanto amante de história, tem a ver com o facto de em 1957, Portugal ter recebido a visita de Estado da Rainha de Inglaterra, Isabel II, que é em sua opinião uma das personalidades mais importantes da História do Seculo XX e que passou na altura, também pelo concelho de Porto de Mós. Como no próximo ano se celebram os sessenta anos da sua ascensão ao trono, seria interessante o concelho de Porto de Mós, ou sozinho, ou em parceria com os outros concelhos vizinhos, por onde a Rainha também passou, fazer alguma cerimónia relembando esse facto histórico.-----

-----O senhor Vereador com o Pelouro da Cultura, Eduardo Amaral, respondeu dizendo que a Câmara já tem alguns projetos na área de ligação com outras comunidades, um projeto que se está a desenvolver com as escolas primárias, numa ligação com Malta, no sentido de se fazer um intercambio na área dos conhecimentos de cada povo, e também na perspetiva da partilha da Rede Cultura e com a comunidade emigrante que está no Canadá, com a qual temos também alguns projetos e que procuramos desenvolver, inclusivamente com a personagem que foi Aristides de Sousa Mendes. Por outro lado, também com a comunidade de emigrantes franceses se está a trabalhar numa geminação, vendo a seu tempo quais são os pontos comuns e os pontos de encontro, nomeadamente na área da cerâmica, pois também aderimos a um projeto de valorização da cerâmica, o que não invalida que possam surgir outros e este Conselho Municipal da Cultura servirá também para abrir essas portas, trazendo resultados. Relativamente à Rainha de Inglaterra, disse que efetivamente esta passou por Porto de Mós, existindo no Museu Municipal uma fotografia que testemunha essa passagem, estando a ser estudada, conjuntamente com o Museu, a forma de poder fazer essa divulgação.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia pôs a votação o ponto 13 da Ordem de Trabalhos, - **Regulamento do Conselho Municipal de Cultura de Porto de Mós – Proposta** – tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**14. Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:** -----

-----Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara para dar duas notas sobre o documento

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que foi enviado a todos os deputados municipais. A primeira tem a ver com uma incorreção que se deveu a um erro de uma fórmula do excel. A página 2 e a página 4 têm incorreções, pedindo que considerassem os valores, que estão corretos, sendo que o que não está correto são as percentagens, nomeadamente nos graus de execução. Serão enviados para os senhores deputados os mencionados mapas depois de corrigidos. Dar nota também de que o município de Porto de Mós, recebeu recentemente dois prémios, para si, importantes, porque vêm da Entidade Reguladora, nomeadamente o selo de qualidade exemplar para consumo humano, que foi atribuído ao concelho de Porto de Mós, e também, e este muito relevante, porque apenas oito municípios no País, receberam este selo de qualidade, referindo-se ao selo de qualidade do serviço de gestão de resíduos urbanos ao consumidor, entregue pelo ERSAR, que é a entidade reguladora dos serviços de águas e resíduos. Mostrou-se depois disponível, para responder a qualquer questão que os senhores deputados municipais entendessem colocar-lhe.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Usando da palavra, passou a proferir a seguinte intervenção, depois de cumprimentar todos os presentes:-----

-----*“Começo por louvar e congratular o município pelos dois selos que foram elencados aqui pelo senhor Presidente da Câmara, mas a razão da minha intervenção vem do seguinte: nós não nos podemos esquecer que em 2020 e 2021 continuámos a viver ainda, no meio de uma pandemia. Começou em 2020, com a incerteza que seria o futuro para todos. 2021 foi um ano horrível, para o mundo, e não só para a nossa comunidade, mas tenho que aqui enaltecer os estiveram na linha da frente, para além dos profissionais de saúde, obviamente, e todos os outros que os acompanharam, mas os autarcas. E dos autarcas, em particular, distingo aqui o nosso Presidente de Câmara, Jorge Vala, que esteve sempre na linha da frente, na comunicação, na transparência, com a cumplicidade com os seus munícipes, e também, no apoio que deu a todas as pessoas que necessitavam desse apoio, no âmbito da pandemia. Mas também enalteço e destaco aqui o papel dos senhores autarcas de freguesia e dos senhores Presidentes de Junta, que muitas vezes, fizeram o impossível. A par desse trabalho desenvolvido, dessa participação, desse envolvimento com a pandemia, foi possível, e de acordo com a nota informativa que temos aqui hoje, foi possível fazer e executar as obras que o município tem aí plasmadas nesse documento, que todos nós com certeza lemos, e por isso quero também aqui deixar uma nota de grande enaltecimento ao município, por isso.”-----*

-----Terminado que foi o Período da Ordem do Dia, a senhora Presidente da Assembleia interpelou o senhor Presidente da Câmara no sentido de este querer dar, eventualmente, algumas informações a esta Assembleia Municipal, no âmbito do COVID 19, antes de se entrar no Período de Antes da Ordem do Dia.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Passou a usar da palavra o senhor Presidente da Câmara, dizendo que queria dar aqui uma nota, porque na altura se esqueceu, pedindo desculpa ao senhor deputado Rui Neves, por não lhe ter respondido. Respondendo, disse então que efetivamente, o PIICIE – Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar, é um programa com apoio comunitário, um programa a dez municípios, que tem prevista a contratação de um conjunto de técnicos, que nesta fase, foi agora prorrogado até 2023, mas tem um conjunto vasto de atividades associadas. A primeira fase do projeto foi de cerca de um milhão de euros, a segunda fase do projeto será na casa dos setecentos mil euros, e portanto este projeto vai muito para além da questão da contratação dos técnicos. O senhor deputado Rui Neves, disse, falou aí uma coisa importante: a questão da habitação. Efetivamente a habitação é importante, mas só se pode avançar com a habitação, depois de se ter o plano estratégico. Nada é possível de candidatar, se o plano estratégico não for concluído. O PIICIE é um programa extenso, que vai muito para além da contratação das pessoas, e é um programa que, mesmo sem a garantia dos apoios comunitários, acerca de ano e meio, a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, decidiu por sua conta, avançar com o projeto, que agora, felizmente se sabe que vai ser participado, tal como o anterior.-----

-----Sobre a questão do COVID, disse que se está numa situação semelhante àquela em que se estava há um ano atrás. O que se passa no concelho não é diferente do que se passa no país. Disse que neste momento se baixaram os cem casos ativos, o que é bom, percebeu-se que a comunidade escolar tem sido aqui o polo de transmissão, percebeu-se também que há muito menos casos nas unidades fabris, que foram o grande problema anterior e também, ainda não tivemos a infelicidade de ter surtos de grandes dimensões nos lares do concelho. Deixou também aqui uma palavra de apreço para os dirigentes das IPSS's do concelho que têm os ERPI, pelo esforço que tem desenvolvido neste âmbito. Terminou recomendando que todos os que forem chamados para a vacinação, o façam e que se continuem a proteger.-----

-----**PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**1. Apreciação, discussão e votação da ata da sessão anterior:**-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal, passou depois a pôr à aprovação do plenário, **as atas nº 4 da sessão ordinária** realizada em 10.09.2021 e **nº 5 da sessão extraordinária** realizada em 12.11.2021, separadamente, esclarecendo que em conformidade com o disposto no n.º 3 do Art.º 34.º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, que aprovou o novo Código do Procedimento Administrativo, os Deputados Municipais, que não tenham estado presentes na sessão a que a respetiva ata diz respeito, não participam na sua aprovação.-----

-----Nesta conformidade foi posta a votação a **ata nº 4 da sessão ordinária que teve lugar em 10 de setembro de 2021**, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Seguidamente foi posta a votação a **ata nº 5, da sessão extraordinária que se realizou em 12 de novembro de 2021**, tendo a mesma merecido a sua **aprovação por unanimidade**.-----

-----2. Outros assuntos de interesse para o Concelho:-----

-----**Carlos Manuel Amado Cordeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, disse, dirigindo-se à senhora Presidente da Assembleia Municipal, que em primeiro lugar lhe queria desejar uma franca recuperação, e depois que queria congratulá-la por a próxima sessão ser transmitida *on-line*, em direto, regozijando-se por esse facto. Desejou-lhe ainda um excelente mandato para os próximos quatro anos. Desejou também um excelente mandato para todo o executivo, em prol do concelho de Porto de Mós. Disse depois que o senhor Presidente da Câmara não deve ter problemas em aceitar boas propostas dos vereadores sem pelouro ou dos membros da Assembleia Municipal, bem como estes também não devem ter problemas em votar favoravelmente propostas válidas do executivo, como aconteceu aqui com a aprovação do Orçamento, e que gostou de ver. O que já não gostou de ver, foi os senhores vereadores a votarem contra uma proposta de sinalização para a freguesia de Serro Ventoso, em reunião de Câmara, tendo ficado estupefacto. Como é que, tendo apresentado uma proposta ao executivo para pôr sinais de stop, passagens com prioridade, animais na estrada e outros, os senhores vereadores votam contra. Continuou dizendo que a sua proposta de sinalização tem em vista a proteção e segurança dos seus fregueses. Aos seus colegas de Assembleia desejou também um excelente mandato, dizendo que também não tenham problemas em apresentar boas propostas, esquecendo os partidos e lembrar sim, que são todos de Porto de Mós, porque isso é o mais importante e votar aqui por um concelho melhor. Fez depois um reparo, dizendo que em política não pode valer tudo. Na altura das campanhas colocam-se placards, por vezes, nos passeios nem sequer se lembrando que pode lá passar uma cadeira de rodas, e depois das eleições, não se tiram os placards, ou se se tiram, deixam-se lá os ferros, e se tirarem os ferros, não se reparam as calçadas ou o pavê, o que é lamentável, considerando que devia haver mais respeito e consideração tanto pelos transeuntes, como pelos Presidentes das Freguesias que agora vão ter de mandar reparar aquilo. Referiu depois que a freguesia de Serro Ventoso há quinze dias esteve no Fórum Europeu para a Resiliência para as Catástrofes, tendo recebido uma menção honrosa, o que muito o orgulha, principalmente porque foi a única freguesia em Portugal a receber essa menção, juntamente com quatro Câmaras Municipais, Funchal, Albufeira, Amadora e Sintra. Terminando, desejou um Feliz Natal a todos e um próspero ano de 2022, com muita saúde.-----

-----**Filipe da Conceição Batista (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – JFAS):**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Usando da palavra, disse que gostaria de perguntar ao senhor Presidente da Câmara, uma vez que se está a terminar o ano civil de 2021, qual o ponto de situação das telecomunicações, salientando os problemas com que a sua freguesia ainda se debate. Disse depois que foi aqui eleito para representar as Juntas de Freguesia no Conselho Municipal da Saúde, e não sabendo os trâmites, diria que é urgente marcar uma reunião, perante o panorama da Saúde, no concelho. O senhor Presidente da Câmara já falou da falta de médicos, mas ele acha que o problema vai muito além disso, realçando a completa desorganização dessas estruturas. Disse ainda que em Alqueidão da Serra o médico está de baixa, mas a funcionária abre o posto médico, não sabendo porque é que o faz, porque ela recusa-se a trazer o receituário para Porto de Mós. Seguidamente disse que no trilho da Estrada Romana voltaram a despejar alcatrão. Já lá foram funcionários da autarquia espalhar o que lá estava, mas sempre que há uma rutura é ali que despejam os desperdícios. Mas não são apenas estas situações. Disse que os empreiteiros da construção civil também têm o problema de se desfazerem dos restos. Disse não saber o que pode ser feito para resolver esta situação, mas que devem ser tomadas atitudes de dissuasão por parte do Município. Passou depois a referir-se à situação dos cães vadios que vagueiam por Alqueidão da Serra, agradecendo que seja feito um esforço extra para que possam ser canalizados para o canil, pois tanto quanto sabe, existem lá, por enquanto algumas vagas. Perguntou depois se existe algum tipo de penalização para a situação de abandono dos canídeos. Terminando, desejou Boas Festas a todos.-----

-----**Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS):**-----

-----Usando da palavra disse que antes de mais gostaria de dar os parabéns pelo Centro de Vacinação. Tendo tido oportunidade de acompanhar os três centros, disse que têm funcionado exemplarmente, sendo um exemplo a nível nacional. Disse depois que queria colocar uma questão que tem a ver com o alcatroamento na Freguesia de S. Bento, perguntando para quando está previsto o alcatroamento das zonas que foram intervencionadas para a colocação das tubagens da água. Terminando desejou Boas Festas a todos.-----

-----**Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS):**-----

-----No uso da palavra e dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara, disse que há umas três sessões atrás este lhe havia dito que ele só sabia criticar. Qual foi o seu espanto quando viu agora no jornal *O Portomosense*, de 25 de novembro, que o senhor Presidente Jorge Vala não poupou críticas ao ICNF, chegando à conclusão que o senhor Presidente também critica. Disse depois que também há umas sessões atrás, falou do problema da EDP e da falta de resposta que a mesma dá aos problemas que surgem, não se conseguindo, sequer, que atendam as chamadas telefónicas. Assim acha que a Câmara ou a Assembleia Municipal deveriam fazer uma exposição à EDP sobre estes problemas da deficiente iluminação no concelho, e nomeadamente na sua freguesia, que é

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o Juncal. Terminando, desejou a todos um Bom Ano, com muita saúde.-----

-----**Félix Correia dos Reis (PSD):**-----

-----Usando da palavra cumprimentou todos na pessoa da senhora Presidente, Clarisse Louro, que folga em saber que está muito melhor. Disse que esta é a sua primeira intervenção desde que foi eleito, e como tal, quer desejar um bom mandato para a Câmara e para todos os novos eleitos. Particularmente, ao senhor Presidente da Câmara, disse querer desejar um bom trabalho, coragem e humildade para ser o Presidente de todos os portomosenses. Que seja digno do cargo para que foi reeleito e que os 44% dos eleitores que não votaram em si, sintam também que é o Presidente deles. Conhecendo-o um pouco, tem a convicção de que irá esforçar-se para isso – ser um presidente próximo dos eleitores – e que irá esforçar-se para que, junto de todos os Presidentes de Junta, fazer deste concelho um concelho muito melhor, um concelho em que valha a pena viver. Com trabalho, diálogo e humildade, para reconhecer que o povo não é só inteligente e sábio, quando vota em nós, faz votos para que continue a pôr Porto de Mós no mapa e que todos tenham orgulho em serem representados por si. Em relação ao Orçamento, que foi aprovado por unanimidade, por parte da Câmara, e assim sendo, é sempre um orçamento que procura ser justo e equilibrado, tendo em conta todo o concelho. Desejou a todos um bom trabalho. Agradeceu depois o facto de ver contemplada uma nova conduta de água em Alqueidão da Serra, que vai desde a Casa do Povo até ao alto da Carreirancha, acabando assim com as ruturas constantes e com os velhos tubos de fibrocimento. O Alqueidão da Serra agradece, pois é uma obra muito necessária. Agradeceu também a reunião que o senhor Presidente promoveu, conjuntamente com a Assimagra, em relação ao PIER, cujo custo a Câmara e a Assimagra vão suportar. O Alqueidão da Serra e exploradores, agradecem. Em relação à Saúde e médicos, já muita coisa foi aqui dita, mas alguma coisa tem de ser feita, porque se está a falar de pessoas que são o bem mais importante. Terminou desejando um bom Natal e um bom ano a todos, com muita saúde.-----

-----**Liliana Carvalho Pereira (PS):**-----

-----Usando da palavra cumprimentou todos os presentes na pessoa da senhora Presidente, a quem desejou uma rápida recuperação. Disse que queria aqui colocar algumas questões sobre as atividades de enriquecimento curricular. Houve algumas mudanças relacionadas com estas atividades ou com a forma como elas estavam a ser desenvolvidas este ano, associadas à manifestação de algum descontentamento quer por parte dos pais, quer por parte dos alunos. Embora tenham havido essas mudanças, disse querer saber o que é que foi mudado e o que é que está a ser perspectivado de ser alterado, o que é que vai ser feito, para acompanhar a boa continuação em termos eficazes, de tudo aquilo que foi definido senão cumprido. Fez um ponto de situação para saberem de que estava a falar. Disse que as atividades de enriquecimento curricular nos últimos anos eram dadas no período da tarde, num horário que era ajustado de acordo com

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aquilo que eram as turmas. Umás vezes iniciavam-se logo a seguir ao almoço outras vezes eram mais ao final da tarde. O que aconteceu este ano, foi que essas atividades sofreram uma remodelação em termos de horário. Passaram a ser todas ministradas das 16 às 17 horas, o que fazia com que, as professoras de 1º ciclo, saíssem todas, às 16 horas. A seu ver este não é o principal problema que se passou este ano, mas sim, o problema dessas atividades, e está a falar-se aqui de informática, ou atividades da parte mais artística, e no fundo são cinco atividades, que eram ministrados, cada uma delas, por um professor que tivesse alguma afinidade com a área. O que aconteceu este ano, é que havia um professor por turma, a dar as cinco atividades. Poder-se-ia dizer que, também as professoras do 1º ciclo dão todas as valências, mas neste caso estamos a falar de 34 professores, onde desses 34 que dão as AEC's, só 5 é que são professores de ensino básico. O que acabou por acontecer, é que havia por parte das crianças algum descontentamento, havendo crianças que estavam durante os 5 dias, a fazer desenhos em sala. Havia outras que sendo o professor da área de educação física, durante os cinco dias da semana faziam atividade física. O que quer aqui questionar é, se há um contrato, se há um caderno de encargos, se há algo que tem de ser cumprido, até que ponto é que o município está ou não a fiscalizar estas situações, como é que as estava a aferir ao nível do que estava contratado, como é que essa situação se estava aqui a processar. Para além disso, uma das situações que também disse querer referir, é que se calhar se poderiam aproveitar estas três semanas de paragem, e fazer um questionário aos pais, onde eles pudessem expor o seu nível de contentamento face à forma como as atividades curriculares estão a ser ministradas este ano, e a partir daqui, verificar quem é que fiscaliza, quem é que faz o acompanhamento, quem é que verifica se aquilo que foi acordado está ou não, efetivamente, a ser cumprido nas escolas, porque, voltando a referir, por mais que as pessoas queiram ser polivalentes, ninguém tem de perceber de tudo, e se um professor pode ser excelente a dar educação física, pode e é perfeitamente legítimo, que não perceba absolutamente nada de informática. Terminando e resumindo, disse que gostaria de saber o que é que foi mudado, o que é que está a ser perspetivado e de que forma é que vão fazer para verificar se tudo está ou não a ser cumprido e como é que isto vai ser reorganizado. Aproveitou ainda para fazer um paralelismo, as crianças neste momento, têm de ser retiradas das escolas às 17 horas e 30 minutos, havendo uma tolerância de 15 minutos, ou seja, até às 17 horas e quarenta e cinco minutos. Essa tolerância foi retirada no início da pandemia por causa da falta de auxiliares e da necessidade de fazer a higienização das escolas. Perguntou se a situação se manteria assim futuramente, ou quando é que esses quinze minutos voltam a ser restabelecidos, porque para os pais que trabalham pode fazer toda a diferença esses quinze minutos. Despediu-se desejando Boas Festas a todos.-----

-----**Luís Manuel Coelho Almeida (PSD):**-----
-----Usando da palavra disse que um dos assuntos de que iria falar já aqui foi suscitado por

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Joaquim Santiago, e que tem a ver com os problemas de iluminação pública no Juncal, e mais especificamente na Cumeira. Há várias semanas que anda a mandar e-mails, para o site da e-redes, identificando os postes e as ruas que não estão iluminados, e o resultado até hoje, tem sido zero, perguntando se o município conseguirá fazer alguma coisa. Um outro tema que abordou, tem a ver com o grau de insatisfação que lhe chegou, por parte da população da Cumeira, nomeadamente quanto às obras do Brejo. Disse não saber se estas obras são da Câmara ou da Junta, ou das duas. Foi iniciado o embelezamento daquele local, com a colocação de algum mobiliário urbano e casas de banho, que ninguém sabe quem limpará, e depois colocaram um muro a dizer "homenagem aos antigos combatentes da freguesia do Juncal". Aquilo de estética tem pouco, e os antigos combatentes, segundo lhe chegou aos ouvidos, acham-se ofendidos por aquilo estar como está, podendo ali colocar-se um mural, de forma a dignificar o local. Disse depois que deixava este descontentamento da população, ao senhor Presidente da Câmara, porque existe no Juncal, uma organização dos antigos combatentes, que todos os anos se reúnem num almoço e que acham que também deviam ter sido ouvidos, pedindo que tente averiguar o que realmente se passa. Terminou desejando boas festas e um feliz ano para todos.-----

-----**Rita Alexandra Sacramento Rosa Cerejo (PS):**-----

-----Começou a sua intervenção dizendo que, não querendo repetir, o que disse Liliana Pereira no que diz respeito às AEC's, queria acrescentar um ponto. Mas antes disso, disse que gostava de deixar aqui claro, que as intervenções da sua bancada e os seus pedidos de esclarecimento, têm por base as preocupações que têm enquanto deputados e as preocupações que os munícipes lhes fazem chegar, e portanto merecem resposta, e o senhor Presidente da Câmara não lhe respondeu à questão da creche. Não respondeu à questão que lhe colocou diretamente, o porquê da inclusão daquela verba, quando não foi claramente negociada com a instituição em causa, e respondeu dando a entender que ela estava a desvalorizar a necessidade daquele equipamento, e que não querendo a Associação de S. Jorge aquele equipamento, outras queriam. Foi isto que se passou. Continuou dizendo que, apenas falou de algo de que tem conhecimento direto, e fez uma questão concreta que não foi respondida, o que lamenta. Relativamente às questões das AEC's, disse que lhes foi transmitida uma preocupação, no Juncal, especificamente, as AEC's, durante um período, foram ministradas pelos pais. Supostamente, e foi o que se ouviu dizer, a empresa contratada não terá conseguido prover as vagas necessárias, e os pais passaram a ministrar as AEC's. Isto, choca-a um pouco. Os pais até podem ter capacidade, e não questiona, até porque não sabe que pessoas eram, perguntando se isto foi aprovado pela Câmara Municipal. Isto não cumpre, com certeza o caderno de encargos e o contrato celebrado, o que a preocupa, porque para além de se tratarem das nossas crianças, também se trata da aplicação de dinheiros públicos, e se a empresa não está a cumprir aquilo para que foi contratada, deve ser chamada à razão, deve ser obrigada a fazê-lo e deve ser sancionada se não o fizer.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Gostava de saber se estão a par desta situação e porque razão isso aconteceu. Continuou dizendo que há pouco o senhor Presidente falou da testagem nas escolas, e que tem uma questão, uma vez que irão haver convívios familiares nesta época festiva, querendo saber se está prevista ou não uma testagem antes do regresso às aulas, porque como o senhor Presidente disse, e bem, neste momento o polo disseminador são as escolas, inclusivamente porque as crianças não estão vacinadas. Outra questão, tem a ver com reclamações que lhe foram feitas chegar pelos municípios, e neste caso pelos municípios de Chão Pardo e Pedreiras, que se prende com um dos bens essenciais à nossa vida diária, que é a água. A água falha constantemente, constituindo um grande constrangimento na vida das pessoas, pedindo esclarecimentos sobre o que é que efetivamente se passa e o que é que vai ser feito para minimizar essa situação. Terminando, disse querer desejar a todos umas boas festas, e que no ano de 2022 se possa ter saúde e força para que cada um possa levar as suas funções e a vida profissional e pessoal por diante.-----

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

-----Usando da palavra disse que apenas queria aqui dar uma nota. Como habitualmente, foi publicado e apresentado há dias o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, com base nos valores de 2020. Isto é um trabalho elaborado pela Ordem dos Contabilistas Certificados, como tem sido ao longo dos anos, e onde mais uma vez, o município de Porto de Mós mereceu alguns destaques pela positiva, assim como o sétimo lugar a nível nacional no ranking de menor passivo por habitante. Outro destaque, decimo oitavo lugar no ranking dos municípios com melhor pagamento. No distrito, e de todos os dados analisados pelo Anuário, o município de Porto de Mós, garante o quarto lugar no ranking global entre todos os concelhos do distrito e o décimo primeiro lugar a nível nacional dos municípios de média dimensão. Isto revela o reconhecimento pela boa gestão levada a cabo nos últimos anos, e naturalmente vai continuar, pelo executivo, e que nos orgulha a todos. Tudo isto, é analisado anualmente por nós e reconhecido por todos nós aquando da apresentação das contas, sendo sempre bom este reconhecimento ser apresentado por entidades externas. Terminando, desejou a todos boas festas.-----

-----O senhor Presidente da Câmara usando da palavra disse que iria responder a todas as questões colocadas, com exceção de uma, que se prende com as AEC's, cuja resposta deixaria para a senhora Vereadora com o Pelouro da Educação que tem acompanhado as reuniões. Ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso, disse que efetivamente a Câmara já observou a questão dos placards, e vão ser notificados todos os partidos políticos para retirarem os placards. Disse depois terem constatado a questão das calçadas há relativamente pouco tempo, porque não é hábito, dizendo que houve reposição das calçadas desde as anteriores eleições legislativas, indo agora pressionar também sobre esta matéria. Disse depois que queria ainda felicitar a freguesia de Serro Ventoso sobre a menção honrosa no Fórum Europeu, porque o projeto

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

é interessante, é o projeto das cabras sapadoras, e que acabou por influenciar a própria proteção civil. Quanto à questão do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra, disse que, sobre as comunicações, os 93% que fizeram parte da assinatura do protocolo, estão aparentemente na parte final. Irá ser marcada nos próximos dias uma reunião com a Altice. Disse depois que, ele próprio e o Vereador Marco Lopes reuniram esta semana com uma entidade, no sentido de ser concluído o processo em 2022, ou seja, ficar com a totalidade do concelho coberto com fibra ótica. Algumas zonas do concelho, não têm cobertura adequada de rede móvel, esta é uma questão que não foi contemplada de forma explícita no protocolo, porque a Altice se comprometeu a colocar mais duas torres, estando esse processo em curso. Tem havido alguma dificuldade em encontrar uma localização que se coadune com o PDM, mas a entidade responsável, que ganhou o concurso de serviço de rede móvel, o serviço básico, o serviço mínimo, é a NÓS, que tem uma cobertura muito má. Já tentamos interceder para ver se se consegue melhorar, sobretudo em território de baixa densidade, e o que percebemos é que, quando esta entidade não nos coloca um serviço de qualidade em zona de densidade populacional, facilmente se há de perceber que é complicado em território de baixa densidade. Estamos a fazer os possíveis para que a Altice, reforce, nomeadamente a antena em Alqueidão da Serra, para melhorarmos a qualidade. Esta melhoria, não tem a ver com a altura da antena, tem a ver com a parte eletrónica, estando a ser feito o mesmo com S. Bento. Sobre a questão da Saúde, disse que tem uma reunião no próximo dia 22 com a Associação Urgente, e daí irá sair a marcação da reunião do Conselho Municipal da Saúde, previsto ainda para este ano. Disse ainda, sobre o estado da Saúde no concelho de Porto de Mós, que não sabe se referiu a situação do médico de Alqueidão da Serra que está de baixa prolongada, também não referiu que o coordenador que está na extensão de saúde de Mira de Aire, que pediu a demissão da função de coordenador em agosto, e ainda não foi substituído, o que constitui mais um problema, acrescido a todos aqueles que os senhores deputados tão bem conhecem. Têm de ser levadas avante algumas ações que, de alguma forma possam responder, a este grave problema. Quanto à questão do alcatrão da Estrada Romana, tem que se ver, mas no imediato, deve chamar-se a GNR do Ambiente, custe a quem custar, porque isto é um crime, e seja quem for, há responsabilização individual e o Presidente da Câmara não sabe quem, nem onde vão despejar esses detritos. Relativamente a essa matéria, disse que a CIM tem no seu programa, e em princípio, irá avançar-se aqui em Porto de Mós e Batalha, com os chamados ecocentros, para receber os RVC's. Isso irá ser feito na região e em princípio vai avançar-se no âmbito da Comunidade Intermunicipal. Quanto à questão dos cães, disse que se tiverem chip, é chamar a GNR, que levantará o correspondente auto de contraordenação, sendo depois o dono notificado. Quanto à intervenção de Samuel Costa, disse que este referiu que a vacinação está a correr bem, o que se verifica efetivamente, e os parabéns que deu, são para as equipas que têm feito parte do Centro de Vacinação, nomeadamente as equipas de Saúde e as equipas do Município, que felizmente não olham a esforços, para se

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

atingirem os objetivos que são a satisfação das necessidades das pessoas, enaltecendo o esforço e a capacidade de resposta a todos os níveis, dignos de registar e de louvar. Quanto aos alcatroamentos para S. Bento, disse que se está a fazer o levantamento. Há algumas zonas que não necessitam propriamente de alcatrão, porque uma parte significativa desta intervenção foi feita em valeta, por uma valadeira, e essas partes nem necessitariam, em princípio de alcatrão, mas o que se verificou, e tem essa informação dos serviços, foi que, alguns destes pisos estão excessivamente degradados. Mas há um, e é um seu compromisso, aqui na Assembleia Municipal, que vai ser intervencionado brevemente, disse, referindo-se ao troço do cruzamento da Pia Carneira até à Poiã. Este troço, estava inicialmente previsto, ser feito na sua totalidade. Não foi feito porque se calculava que, com a intervenção do abastecimento de água, poderia ser danificado, e agora que está concluído o abastecimento de água, esse troço irá ser feito, e os restantes, com certeza. Quanto às palavras de Joaquim Santiago, disse que de facto, quando temos razão temos que puxar à razão. O que disse, há três ou quatro sessões atrás, foi *que o senhor Joaquim Santiago, só vem cá dizer mal, só vem cá criticar. E quando as coisas acontecem pela positiva, e também acontecem, e o senhor, fora daqui até me reconhece isso, e quando as coisas correm bem, quando elas são bem-feitas, também lhe ficava bem vir cá dizer isso. Foi isso que eu lhe disse, não foi mais nada. Temos todos, o direito de criticar, naturalmente.* O problema da EDP, é um problema que temos, é um problema complicado, e temos tido a resposta de que os nossos municípios individualmente, têm conseguido ter uma resposta mais rápida do que o município. A Câmara tem um responsável por esta área, isso já foi transmitido à EDP, e já reuniu com a estrutura da EDP, já foram feitos levantamentos e portanto, aquilo que tentamos fazer, de uma forma mais ou menos concertada com os senhores Presidentes de Junta, é, depois do levantamento feito, pressionar. Infelizmente a resposta não funciona com a celeridade com que funciona sendo feito o pedido através do município, individualmente. Disse ainda que tem conhecimento da situação da Cumeira, que o coordenador já mandou a reclamação e pensava que, pelo tempo que já passou, que a situação já estaria resolvida. Sobre a questão que Félix dos Reis aqui colocou, disse que agradecia ter chamado a questão da reunião, mas esta, em bom rigor, foi promovida pela Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra, que alertada por um conjunto de empresários de pedra de calçada, sentiu a necessidade de fazer alguma coisa, pedindo a colaboração da Câmara. Efetivamente foi feita uma reunião com o técnico da área, que acompanha a exploração de pedra e também com a diretora executiva da Assimagra, da qual resultaram algumas boas conclusões. Sobre as obras do Brejo disse que segundo se lembra, a primeira vez que foi vereador nesta casa foi em 1985, e já nessa altura se falava nas obras do Brejo. Pensando que se tratava de um não assunto, disse que se enganou, porque continua ser assunto. Esta obra é da responsabilidade da Junta de Freguesia, tendo sido o anterior executivo da Junta que lançou o procedimento concursal, e que avançou com a obra, dando seguimento a uma parte de obra que já estava iniciada pelo anterior executivo, e que na altura era liderado pelo atual vereador Marco Lopes. Disse ainda que não

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

conhece exatamente este projeto em particular, podendo o senhor Vereador Marco Lopes dar algum esclarecimento sobre isto, mas a realidade é que o projeto efetivamente teve algumas alterações, e que foi continuado pelo anterior Presidente de Junta. Sobre a questão da homenagem, disse que a Câmara tem tido a preocupação de reconhecer a importância que tem, e deve ser reconhecida, dos nossos militares, daqueles que estiveram em combate, ao serviço do país, e que muito deles acabaram por cair em combate. Disse ainda que se está a trabalhar num livro com ilustre cumeirense, que tem uma forte ligação a estas questões dos antigos combatentes, e vamos editar este livro que identifica e homenageia todos aqueles que caíram em combate, em todas as guerras, do concelho de Porto de Mós. Finalmente, disse que, *"sobre a questão da creche fui informado, em tempos, informalmente, que efetivamente havia interesse da Associação. O que respondi, é aquilo que é a realidade. A Associação, não querendo avançar com o projeto, tendo em conta a importância e a localização estratégica, avançaremos eventualmente com outra associação. A Associação está sempre a tempo, até porque está lá. Quando a Associação nos formalizar que não está interessada no projeto, nós com certeza que retiraremos. Porque para nós, efetivamente, esta nunca foi uma questão política. É uma questão muito importante da necessidade que aquela zona tem, para termos uma resposta adequada, para os nossos pais, mas também para os pais daqueles que eventualmente mais a sul, se deslocam para mais a norte. E temos tido imensos pedidos."* Sobre a questão da testagem antes do regresso às aulas, disse que não conhece, e se eventualmente a senhora Vereadora tiver conhecimento de alguma posição recente, ela falará. Sobre a questão da água no Chão Pardo, disse que, infelizmente, é recorrente há muitos anos. As condutas são em fibrocimento e têm de ser substituídas. Agora foi entendimento do executivo que não deviam ser substituídas sem fazer saneamento, havendo a possibilidade de fazer saneamento. Disse ainda que não é todos os dias, pois existe a informação de quando existem ruturas. Só em situação de rutura é que falha a água. Disse ainda que esse foi um dos pontos onde o ERSAR foi recolher água para qualificar o município com água de qualidade. Referiu ainda que todos sabem o constrangimento que é ficar sem água, pelo que se está a fazer o que tem de ser feito, só que infelizmente, não se pode fazer de um dia para o outro. Finalmente agradeceu as palavras de Gabriel Vala quanto à questão da classificação do anuário financeiro, situação que deve orgulhar a todos. É sinal que de facto a gestão financeira, a gestão económica está a ser bem-feita, estando a ser feita uma gestão equilibrada ao ponto de poder dar resposta àquilo que é efetivamente necessário, tendo o município classificado como está nos primeiros lugares a nível nacional. Terminou desejando a todos os Bom Natal e um feliz ano de 2022.-----

-----Seguidamente, usou da palavra a senhora **Vereadora Telma Cruz** que passou a responder a **Liliana Pereira**, dizendo que as AEC's carecem de alguns procedimentos, que são implementados quando se está a preparar o ano letivo. Assim é realizada uma reunião com o Agrupamento de Escolas, é estabelecido um novo protocolo com a mesma associação que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

fornecia o serviço, ou não, e são escolhidas as áreas de intervenção. Todos foram concordantes em que fosse a *Associação Tempos Brilhantes*, que era quem prestava o serviço. A planificação das AEC's é aprovada em Conselho Pedagógico do Agrupamento, e foi aprovada. Depois foi levada ao Conselho Geral. Aí quando viu a planificação, ela foi a primeira a não concordar e a não a aprovar, explicando as suas razões, que estão plasmadas em ata. Enquanto Vereadora da Educação e pela experiência que tem, antecipou situações que poderiam vir a acontecer, e que realmente aconteceram. Mas nessa reunião, em que estão presentes pais, professores, pessoal não docente e entidades, percebeu que estavam todos de acordo em dar este passo, experimentando uma nova planificação das AEC's, e pediu a palavra aos pais, dizendo que gostaria de os ouvir depois do que havia dito e todos concordaram em experimentar o novo modelo. Só a vereadora é que não concordou e explicou o porquê. Ainda assim, disse que, ainda que não concordando, tudo faria para que as coisas corresse bem. No decurso do primeiro semestre começaram a surgir alguns problemas, tendo o reporte dos pais, a dizer que as coisas não estavam a correr bem. Numa reunião de pais, disse que se as coisas não estavam a correr bem com o novo modelo, cá estava para as alterar. Assim pediu uma reunião com o Agrupamento e com a Associação Tempos Brilhantes. Tentaram-se alterar alguns procedimentos, e ainda assim, voltou a reunir com eles. Assim, alterou-se o modelo, estando agora na fase mais parecida com o que já havia, pois considera que o modelo usado no ano passado era um bom modelo, mas dentro do que existe e das condições existentes este ano, estamos a adaptar para ser o mais próximo do modelo do ano passado, muito a seu pedido, que disse que era importante ter as crianças com uma boa qualidade nas atividades extracurriculares, e que elas desenvolvam um projeto de qualidade e com pessoas com formação. Relativamente à programação, foi-lhe garantido pela Associação Tempos Brilhantes, que todos os mentores, que são os dinamizadores das AEC's, tiveram formação para dar a programação. Relativamente ao facto de os pais serem mentores, disse que não vê, de todo, qual é o problema. Se a Associação Tempos Brilhantes recorreu aos pais e eles aceitaram, foi porque tinham condições. Se há outra situação, disse que não a conhece. Os pais aceitaram, com certeza que assinaram contrato com a Associação e se assim não foi, já é um problema entre os pais e a Associação, mostrando-se disponível para averiguar a situação. Terminando, desejou a todos um Feliz Natal e bom ano.-----

-----MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:-----

-----Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, a Presidente da Assembleia Municipal, prosseguiu dizendo que, **a mesa da Assembleia propõe a aprovação em minuta das deliberações constantes dos pontos 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, e 13, da Ordem de Trabalhos**, dispensando a sua leitura. Submetida esta proposta a votação, foi a mesma **aprovada por unanimidade**.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----A senhora Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada às 24.00 horas do dia 17 de dezembro e para constar se lavrou a presente ata que irá assinar e que eu, Maria Fernanda Pinguicha Toureiro, Assistente Técnica, redigi e subscrevo -----

